



22º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO

01 de abril de 2024 a 30 de junho de 2024

SUBSECRETARIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE – SUPEC

SUBSECRETÁRIO DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Matuzail Martins da Cruz

ELABORAÇÃO:

COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Gleysiane Freire Diniz – Supervisora do Contrato de Gestão

Beatriz Barbosa Pena Camargo – Representante da unidade jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende – Representante da unidade financeira do OEP

APOIO:

ASSESSORIA DE GABINETE E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Anna Carolina Marotta de Oliveira Menezes

SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Flávia Cristina Silva Mendes

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE PARA A JUVENTUDE

Ana Carolina Gonçalves Ferreira

Vanessa Serva Maciel Golgher

**DIRETORIA DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À
CRIMINALIDADE**

Tatiane Carvalho Maia Lobenwein

Cristiane Pereira Gabriel Brum

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PENAIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Fabiana Dias dos Santos da Silva

**DIRETORIA DE ALTERNATIVAS PENAIS E ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA
PRISIONAL**

Karolina Adrienne Silva Oliveira

Paloma de Souza Santos Pereira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS.....	5
2.1. Detalhamento dos resultados alcançados	9
Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos	9
Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	13
Área Temática 3 – Programa Se Liga	17
Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA.....	20
Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp	31
Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência	33
Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas.....	38
Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	44
Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	47
Área Temática 10 – Gestão da Parceria.....	47
3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS	48
3.1. Detalhamento da realização dos produtos	48
4. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	49
4.1. Análise das receitas e despesas do período	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 02/2019, no período de 01/04/2024 a 30/06/2024 (22º Período Avaliatório – PA), com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em atendimento ao art. 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao art. 52 do Decreto Estadual nº 47.553/2018, será apresentado neste documento o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução da política pública. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, com sua devida análise.

Para a elaboração deste relatório, a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec), precipuamente as diretorias e coordenações dos programas, que possuem as informações qualificadas da execução do objeto do Contrato de Gestão nº 02/2019 (CG).

Ressaltamos ainda, que esta Comissão de Monitoramento não tem gerência sobre as metodologias dos programas e nas diretrizes emanadas por cada diretoria que compõem a SUPEC. Por isso, a imprescindibilidade de que todas as diretorias da Subsecretaria façam a análise dos seus respectivos programas e a apresentação da avaliação neste documento.

O 22º Período Avaliatório representa a continuidade de ações para o ano de 2024, conforme o Programa de Trabalho do VIII Termo Aditivo, reiterando a transição gradual da gestão patrimonial e estrutural das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Como resultado desta transição, destaca-se a implantação da UPC da 15ª Região Integrada de Segurança Pública (Risp), no município de Teófilo Otoni, executada pela OS parceira.



Adicionalmente, destacam-se também alguns pontos trazidos pela OS no RGR, como os projetos do Programa Fica Vivo!, que tiveram grande impacto no atendimento aos jovens, como o torneio de futebol na UPC Rosaneves. Já o PrEsp articulou com uma grande rede de supermercados para contratar egressos e realizar ações profissionalizantes, apresentando uma melhoria na adesão ao PrEsp em municípios com dificuldades anteriores, como Divinópolis. Em Patos de Minas, foi lançado o Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Criminalidade, com ações detalhadas para combater a criminalidade preventivamente. Além disso, capacitações de alta qualidade foram realizadas para as equipes e gestores sociais, destacando a palestra do professor Gabriel Feltran.





Por fim, foi dado início à auditoria do Programa Ceapa, em andamento na UPC BH Centro, para garantir a autenticidade dos registros e documentos, bem como identificar possíveis equívocos e recomendações para melhorias.


Em relação aos produtos e ações, destacam-se as entregas realizadas pelo Instituto Elo: Diagnóstico de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Municipal (Programas PrEsp e Ceapa) e o lançamento do Programa Selo Prevenção Minas no município de Teófilo Otoni.

2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					22º Período Avaliatório Abril/2024 a Jun/2024	
1		1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 28.356 •	• 31.842 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 1.980 •	• 2.483 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 6.840 •	• 7.101 •
2		2.1	Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.160 •	• 3.268 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 8.295 •	• 8.513 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 53.937 •	• 58.957 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 300 •	• 372 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					22º Período Avaliatório Abril/2024 a Jun/2024	
3		3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	• 1.320 •	• 1.598 •
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	• 660 •	• 970 •
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	• 810 •	• 666 •
4		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 39.564 •	• 41.387 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 74% •	• 74% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 2.826 •	• 2.306 •
5		5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 12.030 •	• 11.752 •
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 78% •	• 86% •
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 1.044 •	• 1.166 •
6		6.1	Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	2	• 49 •	• 106 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					22º Período Avaliatório Abril/2024 a Jun/2024	
	Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência	6.2	Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	3	• 1.770 •	• 3.150 •
		6.3	Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	3	• 380 •	• 508 •
7		7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2	• 540 •	• 382 •
		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 610 •	• 339 •
		7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 420 •	• 252 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					22º Período Avaliatório Abril/2024 a Jun/2024	
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 182 •	• 181 •
		8.2	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 406 •	• 466 •
		8.3	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 90 •	• 94 •
		8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 6,86 •
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	3	• 32 •	• 32 •
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	3	• 6 •	• 6 •
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	100%
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	-

2.1. Detalhamento dos resultados alcançados

Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
28.356	31.842	112%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.980	2.483	125%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
6.840	7.101	103%

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) corrobora com as análises apresentadas pela OS no RGR, acrescentando alguns pontos para a compreensão dos resultados não identificados e reforçando que a ampliação das oficinas para todos os territórios desempenhou um papel significativo no atingimento das metas.

Inicialmente, destaca-se a preocupante intensificação da dinâmica criminal em alguns territórios, com aumento significativo dos homicídios. Embora a leitura do Programa Mediação de Conflitos em relação às dinâmicas esteja cada vez mais qualificada, inclusive com a participação ativa das oficinas, percebe-se um desajuste operacional em alguns territórios na transformação desse conhecimento em práticas concretas. As ações de prevenção realizadas pelas equipes, embora importantes, por vezes encontram-se deslocadas dos fenômenos de violências latentes nos territórios, emergindo os homicídios como um dos principais desafios nesses contextos. **Diante dessa realidade, recomenda-se que a Organização Social (OS) faça um acompanhamento mais próximo, direcionando o trabalho das equipes para uma leitura que propulsione intervenções preventivas e protetivas eficazes no cenário atual de cada território.**

Além disso, é importante reconhecer a relevância das formações destinadas à equipe técnica realizadas pela OS, alinhadas às diretrizes da DCM. Essas capacitações têm sido essenciais para o trabalho na ponta e contribuirão para a potencialização da qualidade das ações das equipes, bem como o nivelamento da metodologia desta política pública.

Por fim, a DCM destaca que o Programa Mediação de Conflitos enfrentou a ausência de um profissional contratado pela OS, supervisor metodológico, por aproximadamente metade do período avaliatório. Destaca-se que o trimestre foi finalizado sem a composição completa, com perspectiva de resolução pela OS no início do próximo período avaliatório, e essa lacuna impactou significativamente no acompanhamento das atividades e das equipes técnicas.

Dando continuidade à análise dos resultados do programa, no que se refere ao **indicador 1.1**, o Relatório Gerencial (RGR) destaca que dos 17.070 atendimentos realizados, cerca de 76% correspondente às frentes coletivas. Ressalta-se que o aumento apresentado pela OS se deve a ampliação das oficinas para todos os territórios a partir do mês de março/2024, tendo essa prática contabilizado 52,9% do total de atendimentos no trimestre. As outras modalidades coletivas somaram 23,6% dos atendimentos.

Ao analisar o uso de cada frente, observa-se que os “casos coletivos” têm uma baixa utilização, representando apenas 1,6% dos atendimentos. Das 32 equipes do estado, 17 não fizeram uso dessa modalidade de atendimento no trimestre. Essa análise ganha outra dimensão ao perceber que muitas dessas equipes enfrentam dificuldades para implementar referida modalidade desde o ano passado. Por exemplo, equipes das UPCs de Justinópolis, Morro Alto, Primeiro de Maio e Ribeiro de Abreu não realizaram nenhuma atividade nessa modalidade há mais de um ano, sem impacto significativo nos territórios.

Apesar dos avanços apontados pela OS, a DCM enfatiza, como já mencionado nos relatórios anteriores, a necessidade de maior investimento no fomento às práticas de atendimentos coletivos, identificando ainda fragilidades na oferta dessas estratégias de intervenção nos territórios.

No que tange à qualificação da execução das oficinas (página 11 do RGR), a DCM corrobora com a OS, destacando que as reuniões bimestrais entre DCM e o setor de monitoramento da OS têm contribuído para a emissão de diretrizes assertivas por parte do Estado, e uma maior qualificação das entregas realizadas pela OS, além da participação de um representante deste setor na Comissão Metodológica. Assim, observa-se avanços ao longo deste período avaliatório. No entanto, ressalta-se a necessidade de contínuo aprimoramento no acompanhamento qualitativo das oficinas e oficinas, visando prevenir ou tratar os atravessamentos que dificultam sua plena execução e garantir intervenções cada vez mais preparadas para atender à comunidade, conforme os preceitos metodológicos do programa.

Adicionalmente, a DCM destaca como um ponto de atenção às oficinas de **Justinópolis** e **Pedreira Prado Lopes (PPL)**. Enquanto o primeiro território não conseguiu implantar uma oficina desde o mês de março, o segundo, apesar de implantar, não conseguiu mobilizar a comunidade para a participação. No último trimestre, a oficina da PPL realizou apenas 17 atendimentos e encerrou o contrato com a oficina em junho, sendo que este não é o primeiro desligamento de oficina realizada por esta equipe.



Comissão Metodológica – Pauta: Oficinas – 20/06/2024

Ainda em relação às oficinas, a DCM corrobora com a OS ao destacar os efeitos qualitativos dessas atividades nos territórios, com a ampliação do capital social comunitário e a construção das relações de confiança entre as participantes. Para além do que foi mencionado pela OS, um exemplo concreto é a oficina de Crochê do Rosaneves. Nesse grupo, observa-se motivação, união e participação ativa nas pautas pertinentes ao programa com as participantes criando conexões para comercializar as peças que produzem, gerando uma renda a partir de seus esforços individuais.



Oficinas Crochê - PMC Rosaneves

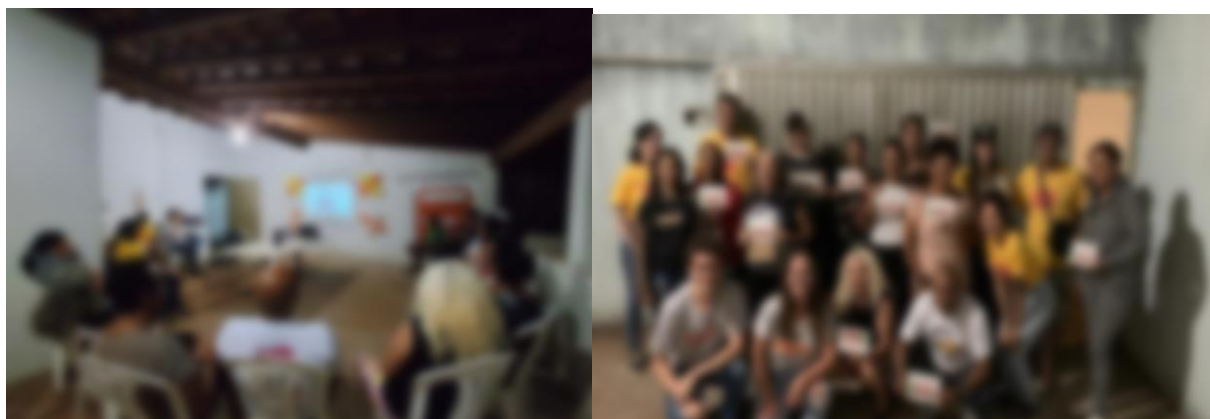
Ademais, conforme apresentado pela OS (página 13 do RGR), houve um aumento nos resultados alcançados por meio da prática de atendimento em organização comunitária, no entanto, observa-se que as equipes têm feito uso dessa prática sem o devido deslocamento para as demais frentes de atendimento, como para Casos Coletivos e/ou Projetos de Prevenção às Violências. Além disso, **a contabilização de ações em parceria com a rede institucional não deve substituir a abordagem baseada nas demandas da comunidade, sendo fundamental para o Programa Mediação de Conflitos a construção de intervenções em colaboração com os moradores das áreas de atuação.**

Apesar da notória importância da rede na construção de fatores de proteção e minimização de fatores riscos, as práticas do PMC devem ser guiadas pelas demandas da comunidade, sendo importante o zelo para que não ocorram construções de ações sem o envolvimento comunitário. Um exemplo ilustrativo é a iniciativa do PMC da Serra no programa AEPETI (Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Embora essa iniciativa seja legítima para a realidade do território, a equipe não apresentou uma análise prévia desse fenômeno, nem recebeu demandas dos moradores ou referências comunitárias referente ao tema. Portanto, **a DCM sugere que a OS estabeleça contínuas provocações para que as equipes apresentem intervenções cada vez mais assertivas às realidades locais, promovendo a participação social, pilar na execução do PMC.**

Quanto ao **indicador 1.2**, observa-se uma pequena redução do número médio em comparação ao trimestre anterior. Corroborando ao que foi discutido no RGR, esse resultado pode ser atribuído ao “É na Base”, ocorrido em março, que alcançou um público significativo. No período avaliatório atual, 12 equipes não desenvolveram projetos de prevenção nos territórios, com destaque para a UPC Vila Pinho, que enfrentou dificuldades em atingir a meta do trimestre. A equipe apresentou pouca mobilidade nas frentes coletivas, exceto nas oficinas, que representam a maior parte das atividades. Ressalta-se que, tanto os projetos quanto a prática de organização comunitária, são estratégias de atendimento que potencializam o alcance do programa junto aos moradores das áreas de abrangência. **Reitera-se, conforme destacado na análise do indicador 1.1, a importância das práticas de atendimento coletivo para o Programa Mediação de Conflitos, bem como o investimento da OS na realização de planejamentos junto às equipes, que devem apresentar propostas concretas de execução.**

Dando continuidade, na página 15 do RGR, observa-se que a OS destaca o aumento no número de pessoas atendidas nas práticas de Projetos e Organização Comunitária para os meses de maio e junho. A DCM reforça que esse aumento está relacionado às ações realizadas durante o “Maio Laranja” (combate ao

abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes) e o “Junho Violeta” (conscientização da violência contra a pessoa idosa). Ainda em maio, algumas equipes construíram ações para celebrar o dia da Liderança Comunitária, data sugerida no Calendário Temático. Nesse contexto, o PMC da UPC Jd. Canaã construiu com um momento para comemorar e prestigiar esses parceiros essenciais, além de ser um encontro para refletir e fortalecer o fazer desses atores no território, reforçando-os como multiplicadores de acesso a direitos e ao Programa Mediação de Conflitos, contribuindo diretamente para o aumento do indicador 1.2.

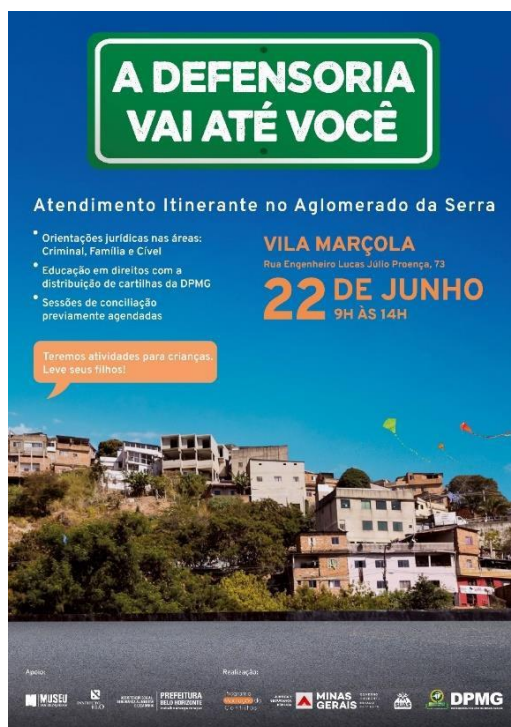


Comemoração Dia do Líder Comunitário - PMC Jd.Canaã

Essas ações estão alinhadas ao Calendário Temático enviado pela diretoria a todas as equipes, com reforço nos meses citados por meio do material de apoio. É importante ressaltar que o Calendário é uma sugestão para as articulações nos territórios, e as análises das dinâmicas sociais e criminais devem orientar as equipes na construção de ações junto aos moradores, conforme destacado no indicador 1.1.

No que se refere ao **indicador 1.3.**, a OS considera que o PMC tem se solidificado como um parceiro atuante nas articulações e participações em rede. **A DCM corrobora com esta perspectiva e enfatiza a necessidade de qualificar essa participação por meio de representação. Recomenda-se que a OS observe criteriosamente os atores que estarão presentes, identificando quem será o representante do Programa, no espaço** (por exemplo: espaços políticos institucionais sugere-se a participação do gestor social como representante da Unidade de Prevenção à Criminalidade, fomentando com que a equipe técnica possa permanecer nas atividades no território, junto aos moradores).

Em relação às construções em rede estratégica, ressalta-se a realização no território da Serra do evento “A Defensoria vai até você”. Este evento surge do Termo de Cooperação Técnica 32/2021 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Defensoria Pública de Minas Gerais, cujo objetivo é a realização de ações conjuntas, a fim de que sejam acessíveis a busca por direitos ao público atendido pelos programas da política de prevenção social à criminalidade, dentre eles o Programa Mediação de Conflitos.



Defensoria vai até você - Evento PMC e DPMG na Serra – 22/06/2024

Por fim, vislumbra-se, para os próximos períodos avaliatórios, a implantação de uma nova UPC em Contagem, precipuamente na Regional do Nacional (Bairro Estrela Dalva). A DCM ressalta que as articulações iniciais são essenciais para o bom entendimento do Programa Mediação de Conflitos, bem como são essenciais para a implantação assertiva dos programas. Sendo assim, **recomenda-se que estas articulações ocorram de forma estratégica pela OS, com acompanhamento atento nestas articulações e estabelecimento de vínculos com a rede social mista presente na área de abrangência, garantindo a qualidade da entrada da política no território e o fortalecimento das parcerias.**

Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
3.160	3.268	103%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
8.295	8.513	103%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
53.937	58.957	109%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
300	372	124%

A Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU) também corrobora com a avaliação feita pela OS no RGR e destaca que o desempenho acima do esperado em todos os indicadores é resultado de um suporte técnico consistente, focado em qualificar o trabalho e direcionar os profissionais envolvidos, de forma alinhada com o Planejamento do Programa Fica Vivo!. De início, cabe frisar que, ao longo do trimestre avaliatório, esta diretoria tem realizado encontros nas UPCs para debater e coordenar as atividades relacionadas ao desenvolvimento do trabalho, além de agregar resolutividade aos desafios apontados pelos diversos atores na execução das atividades dos eixos Proteção Social e Intervenção Estratégica.

Considerando a premissa da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade para o desenvolvimento de ações que territorializam o eixo Proteção Social, a gestão social e equipe técnica são convocadas a inovar as estratégias de intervenção e de atendimento ao público, para adaptação às novas formas de relacionar, evitar e resolver conflitos nas comunidades, sustentando a proteção social em um território em constante mudança. Neste contexto, a execução de projetos locais e de projetos de circulação se destacam na abordagem e engajamento dos adolescentes e jovens com o Programa. Por sua vez, o atendimento individual do público possibilita reflexões e intervenções sobre a própria trajetória de vida e condutas de risco, sendo uma estratégia eficiente e que pode ser mais bem impulsionada no próximo período avaliatório.

Fato relevante que colabora para a execução de projetos de circulação e intercâmbios entre oficinas de diferentes territórios e/ou UPCs foi a disponibilização, por parte da Supec, de uma Van, de 15 passageiros, para o atendimento das Unidades, de segunda a sexta-feira, no horário comercial. **Recomenda-se, portanto, que as equipes desenvolvam ações, em conjunto com os oficineiros e oficineiras, que promovam o deslocamento com o público, melhorando sua acessibilidade às oportunidades espalhadas pelo território e pela cidade.**

Importante ainda destacar, que a gestão e a equipe, diante dos processos de divulgação e mobilização do público para as ações, se atentem à proibição do uso de “linguagem neutra” e cumprimento dos fluxos para aprovação de peças gráficas.

Ressalta-se ainda, que a DPJU tem investido no estabelecimento e fortalecimento de parcerias junto à rede de proteção social com o objetivo de ampliar a oferta de serviços ao público atendido. Durante o período avaliatório, o Programa articulou com o PNAISARI para conhecer o trabalho de atenção à saúde de adolescentes em conflito com a lei e construir fluxos de discussão de casos do público prioritário.

No que diz respeito à oferta de cursos profissionalizantes e a contratação de jovens do Fica Vivo como aprendizes, o Programa estabeleceu parceria experimental com a rede de farmácias Araújo para a realização de processos seletivos que priorizem o público de quatro UPCs (Serra, Santa Lúcia, PPL e Taquaril), bem como convocou processo para a formação de novas turmas do Fica Vivo por meio da parceria com o Senai e Copasa, contemplando 40 jovens na aprendizagem industrial em instalação e reparação de redes de computadores e em marcenaria.

No quesito revelação, o Sesc Floresta vem potencializando ações na parceria com o Fica Vivo, sobretudo com as UPCs PPL e Taquaril. O “Sesc Na Real”, tem como objetivo incentivar as juventudes, com idade entre 15 e 24 anos, na construção de projetos de vida, a partir do engajamento de ações inclusivas para formação social, cidadania, percepção territorial, construção coletiva e valorização das diversidades. Tal iniciativa resultou nos eventos Juntos e Misturados - Sesc e Fica Vivo! e, na participação de oficineiros(as) e

jovens das UPCs PPL, Serra, Taquaril, Jardim Felicidade, Primeiro de Maio e Ribeiro de Abreu no evento Voz, realizado no Sesc Palladium. **Por fim, permanece a orientação para a gestão social sinalizar à DPJU a possibilidade de ampliar para outras UPCs as parcerias firmadas localmente e consolidar a formalização das parcerias para a sustentabilidade das mesmas.**

Passando à análise dos resultados do programa neste período avaliatório, em relação ao **indicador 2.1**, o Programa apresentou um resultado satisfatório. Conforme destacado pela OS, Cabana, Nova Contagem e Veneza são as UPCs que possuem o maior quantitativo de oficinas ativas e baixa rotatividade entre oficineiros (as), favorecendo o fortalecimento do vínculo com as juventudes e a qualificação da parceria com os espaços de realização das oficinas. Considerando o fato de que o aquecimento na dinâmica territorial impõe desafios para a manutenção dos encontros de oficinas, **orienta-se à OS que estimule seus colaboradores a prestarem auxílio aos oficineiros (as) para a reposição das oficinas ou realização de ajustes no dia/horário/local de realização das mesmas, diante da indisponibilidade dos espaços de execução das atividades.**

Quanto ao **indicador 2.2**, conforme mencionado no RGR (p. 195), há de se atentar ao fato de que, as metas pactuadas consideraram a ampliação do programa para a UPC na Região do Nacional (Estrela Dalva) em Contagem, o que ainda não ocorreu devido aos atrasos no processo de implantação já iniciado. Tendo em vista as vedações eleitorais, no próximo período avaliatório, **é importante elaborar estratégias de comunicação e divulgação do Programa diante das ações iniciais a serem implementadas.**

No que tange ao **indicador 2.3**, a OS aponta que a meta foi superada. Conforme abordado no RGR (página 35), o programa atingiu a meta 9,3% acima do previsto e tal resultado é fruto, sobretudo, do investimento das equipes para a implantação de novas oficinas e da execução de projetos locais e de projetos de circulação realizados ao longo do trimestre. Ressalta-se o empenho e dedicação da gestão social, das equipes técnicas, dos oficineiros(as), da supervisão metodológica, entre outros profissionais da OS e do Estado na qualificação dos atendimentos realizados.

Acerca do indicador 2.4, retificamos e complementamos algumas informações contidas no texto das páginas 41 e 42 do RGR:

Texto RGR: *Destaca-se que as unidades do Ribeiro de Abreu, Via Colégio e Morro das Pedras/Ventosa possuem cobertura de dois grupamentos do Gepar, por conta da área de abrangência. A unidade do Ribeiro de Abreu abrange a região do CBTU e quem faz a cobertura é o Gepar da 18ª Cia. No restante do território que abrange o conjunto Paulo VI e o bairro Ribeiro de Abreu a cobertura é feita pelo Gepar da 24ª Cia. Na unidade do Via Colégio a situação é similar. A parte do São Benedito é acompanhada pelo Gepar da 69ª Cia e no restante do território a cobertura é feita pelo Gepar da 71ª Cia. Na unidade do Morro das Pedras/Ventosa, cada aglomerado possui a cobertura de um Gepar, especificamente, sendo o do Morro vinculado à 125ª Cia e da Ventosa à 126ª Cia.*

Retificação: Destaca-se que as unidades do Ribeiro de Abreu, Via Colégio e Morro das Pedras/Ventosa possuem cobertura de dois grupamentos do GEPAR, por conta da organização dos Batalhões da PMMG que cobrem estas respectivas áreas de abrangências a saber: Em Belo Horizonte, a UPC do Ribeiro de Abreu está sob o âmbito do 16º BPM e do 13º BPM. Os bairros Ribeiro de Abreu, Beira Linha, Paulo VI e Conjunto Paulo VI tem a cobertura do GEPAR vinculado ao 16º BPM. Já a região do CBTU que pertence a esta mesma UPC tem a cobertura do GEPAR ligado ao 13º BPM. A UPC do Morro das Pedras/Ventosa, está sob o âmbito do 5º BPM. O que diferencia neste caso, são as CIA's que cada região pertence, e conseqüentemente tem um GEPAR específico. Ou seja, a região do Morro das Pedras possui a cobertura de um GEPAR, especificamente vinculado à 125ª Cia e a região da Ventosa ao GEPAR ligado à 126ª Cia. Já em Santa Luzia, na UPC do Via Colégio a situação é similar. Ou seja, pertence ao 35º BPM, mas há duas CIA's que dividem a cobertura da área de abrangência a saber: A parte do São Benedito é acompanhada pelo GEPAR da 69ª Cia e no restante do território a cobertura é realizada pelo GEPAR da 71ª Cia.

Por fim, destacam-se alguns eventos importantes que aconteceram neste período avaliatório. No mês de maio, a Unidade de Prevenção à Criminalidade do Via Colégio, em Santa Luzia, articulou um Projeto de Circulação do Fica Vivo! Intitulado de "Galo na Favela", que contou com a participação da categoria de base do Galo sub-17, conhecidos como "Crias do Galo" e da UPC Palmital, envolvendo um total de seis oficinas de futebol do Programa Fica Vivo! participando do projeto de circulação. O intuito dessa atividade foi promover uma integração e circulação dos adolescentes atendidos pelo FV e a categoria de base do Galo, promover a participação social dos atletas como um valor do trabalho pelo clube. A presença do Clube Atlético Mineiro na comunidade produziu um grande impacto, com resultado motivador para os jovens das oficinas.



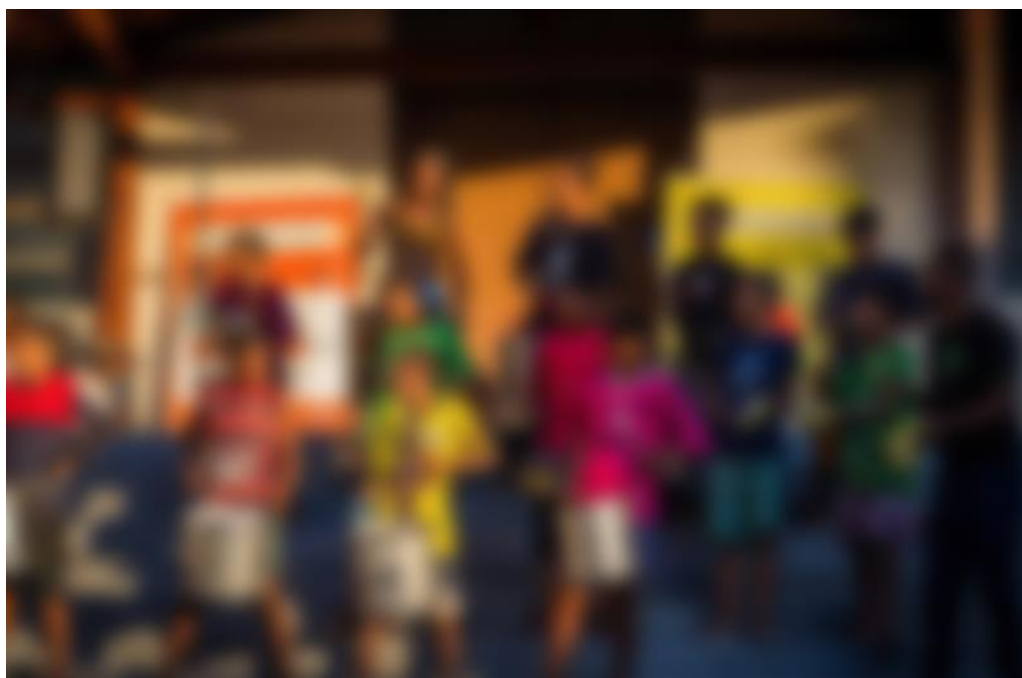
24/05/2024/ Galo na Favela - Projeto de Circulação

Um outro evento importante foi o Projeto Local no território de Contagem em comemoração aos 10 anos de intervenções do Programas de base local Ressaca, Programa Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. A ação comemorativa contou com atividades esportivas, atendimentos ao público com tranças e esmaltaria, além do "Desfile na Favela". O objetivo do desfile foi promover desconstruções, questionamentos e expressões, levando para a passarela que estilo é como cada um se expressa de dentro para fora, seja na sua roupa, no cabelo, em acessórios etc. O que se torna algo muito individual de cada um. O desfile também questionou: o que é bonito? O que é feio? O que é para mim também é para você?



27/04/2024/ Fica Vivo! Ressaca comemora 10 anos da Unidade de Prevenção à Criminalidade

O último evento destacado refere-se ao Projeto de Prevenção Grande Cabana com Vida com o tema de Cidadania e acesso a serviços públicos. A ação ofertou para os bairros da área de abrangência da UPC Cabana, serviços públicos e comunitários, com orientações e atendimentos socioassistenciais; discussão e reflexão sobre o tema do evento e promoção de atrações culturais. A aproximação entre a rede e a comunidade é primordial para o conhecimento e acesso da população, contribuindo para o exercício da cidadania, a prevenção social e a promoção da segurança pública cidadã.



14/06/2024/ Projeto de Prevenção Grande Cabana com Vida

Área Temática 3 – Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
1.320	1.598	121%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
660	970	146%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
810	666	82%

Antes de iniciar as discussões acerca do Programa Se Liga, se faz imprescindível destacar que este período avaliatório também foi marcado pelo deprecimento institucional do programa na Supec, por meio da formalização da SEJUSP sobre a transição do Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Minas Gerais - Se Liga, para outra Subsecretaria da pasta, ou seja, para a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE).

Nessa perspectiva, merece recordar que a vinda do Programa Se Liga para a estrutura da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade, se deu em decorrência da expertise da Supec nas discussões territoriais atinentes às pautas que tangenciam o acompanhamento aos egressos do sistema prisional (Programa PRESP) e às juventudes (Programa Fica Vivo!).

Conforme destacado nos RGR's anteriores, do ponto de vista técnico metodológico, os avanços alcançados por este Programa, tendo a sua execução submetida às competências da Supec, são indiscutíveis e contribuíram para o fortalecimento da Política de Prevenção Social à Criminalidade, assim como para a ênfase da pauta das juventudes no âmbito das ações de Segurança Pública no Estado, sobretudo, pelo destaque adquirido pelo programa no cenário nacional, enquanto referência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o desenvolvimento da política de acompanhamento pós medidas socioeducativas.

Apesar da formalização sobre o retorno do Programa Se Liga à SUASE, que o idealizou, ter sido oficializada em 20 de junho, o primeiro semestre de 2024 foram marcados pela recorrência de questionamentos formais e informais. Mesmo em observância ao princípio da continuidade do serviço público, não há como desconsiderar que o anúncio da realocação do programa, assim como a previsão do cronograma de transição compreender um longo período, ocasionando impactos sobre o planejamento de 2024/2025, especialmente no tocante às ações estratégicas afetas à estrutura das UPCs, retomada e expansão das regionais de abrangência desta política pública.

Além desses pontos, destaca-se que, mesmo diante dos esforços empreendidos pela DPJU/Coordenação, no sentido de promover estratégias e ações capazes de minimizar essas sequelas no alcance das metas, não podemos nos abster em registrar que o presente contexto vulnerabiliza as parcerias institucionais construídas nestes quatro anos de execução, trazendo a incerteza nos vínculos estabelecidos entre as equipes técnicas e o público atendido, assim como reverbera no nível de produtividade dos profissionais do Programa. Sobre este último aspecto, é oportuno mencionar que no dia 04 de julho, foi convocada uma reunião pelo Subsecretário de Prevenção Social à Criminalidade, junto aos profissionais de atuação do Programa, para a transmissão da formalização desta decisão no âmbito da SEJUSP.

Passando à análise dos resultados, no que se refere ao **indicador 3.1**, a DPJU corrobora com todos os elementos indicados pela OS na análise da meta referente ao indicador em questão. A título de ampliação das análises no tocante ao número acumulado de atendimentos, esta coordenação considera importante retomar, que motivada pelo cenário vivenciado, a reflexão sobre a necessidade de equalização do investimento por parte das equipes técnicas de ambas as regionais, no número de atendimentos afetos ao eixo egresso se faz prioritária.

Percebe-se que os esforços das equipes se direcionaram de forma mais enfática ao trabalho construído com o adolescente/jovem durante a medida socioeducativa, eixo pré-egresso, a fim de despertar o interesse pelo Programa. Contudo, tal investimento, para além de ampliar as possibilidades de vinculação futura dos adolescentes ao Se Liga, considerando o número de atendimentos realizados em cada eixo vinculado a este indicador, preteriu a frente de trabalho junto ao egresso acompanhado pelo Programa.

Diante desta análise e da necessidade da correção de rumos, nota-se neste trimestre que os atendimentos vinculados ao eixo egresso obtiveram um aumento expressivo em detrimento aos períodos anteriores, mesmo sendo contabilizado um número elevado de ações desenvolvidas com os acautelados e seus familiares, decorrentes da participação do Programa nas festividades juninas promovidas pelas unidades socioeducativas de ambas as regionais.

Em relação ao **indicador 3.2**, para além dos elementos destacados pela OS, a Coordenação do Programa considera importante mencionar que, no processo de articulação em rede, consideramos as duas dimensões de trabalho: **a institucional e a subjetiva**. No âmbito institucional, é necessário que o Programa se posicione como um ponto na rede, e para tanto se torna essencial conhecer os parceiros e estabelecer fluxos com as parcerias, de modo a estreitar a relação das instituições, para otimizar o fluxo de atendimento.

Sob este último, agrega-se a participação do Programa Se Liga em agendas institucionais importantes. Destaca-se as reuniões ocorridas em maio, com o corpo técnico do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMF/TJMG) para o acompanhamento e desenvolvimento das ações do Programa Se Liga no estado. Foi realizada também com o Ministério da Saúde e a Coordenação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), com o intuito de conhecerem a experiência exitosa de Minas Gerais, executada pela Política de Prevenção Social à Criminalidade, por meio dos Programas Se Liga e do Fica Vivo!

Por fim, diante do compromisso da DPJU com a agenda pública do enfrentamento e da prevenção da letalidade de adolescentes e jovens, destaca-se, por mais um ano, as contribuições dos Programas Se Liga e Fica Vivo! para essa pauta, por meio da participação na Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte; especialmente na escrita do capítulo sobre “A violência letal contra adolescentes e jovens e o Sistema Socioeducativo”, do Relatório Estatístico 2023 produzido pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH/TJMG) e publicado em 27 de junho.

No que se refere ao **indicador 3.3**, alinhada à análise feita pela OS e conforme anunciado no último RGR, em consequência da equalização das frentes de trabalho por parte das equipes técnicas e da potencialização dos atendimentos aos egressos e acompanhados pelo Programa, a previsão de uma sensível redução no número de ações estratégicas junto às unidades socioeducativas, reverberou por mais esse trimestre. Para além deste aspecto, não foi mencionado no último período avaliatório que as metas para os indicadores do Programa Se Liga em 2024, consideraram o planejamento de ampliação das equipes de Belo Horizonte e da Zona da Mata, assim como o cronograma de implantação das UPCs de Teófilo Otoni e Triângulo Mineiro, conforme demonstrado na tabela:

1	3.1	JANEIRO A JUNHO		JULHO A DEZEMBRO		FINAL
2	UPC Regional Se Liga	Número de Analistas	Número <i>acumulado</i> de	Número de Analistas	Número <i>acumulado</i> de atendimentos	Número <i>acumulado</i> de atendimentos
3		Estadual	Mensal	Estadual	Mensal	Anual
4	Belo Horizonte	6	120	6	120	1.440
5	Juiz de Fora	3	60	3	60	720
6	Teófilo Otoni	0	0	1	10	60
7	Triângulo	4	40	4	80	720
8	Total	13	220	14	270	2.940
9						
10	3.2	JANEIRO A JUNHO		JULHO A DEZEMBRO		FINAL
11	UPC Regional Se Liga	Número de Analistas	Número <i>acumulado</i> de ações com rede	Número de Analistas	Número <i>acumulado</i> de atendimentos	Número <i>acumulado</i> de atendimentos
12		Estadual	Mensal	Estadual	Mensal	Anual
13	Belo Horizonte	6	60	6	60	720
14	Juiz de Fora	3	30	3	30	360
15	Teófilo Otoni	0	0	1	10	60
16	Triângulo	4	20	4	40	360
17	Total	13	110	14	140	1.500
18						
19	3.3	JANEIRO A DEZEMBRO		FINAL		
20	UPC Regional Se Liga	Número de Unid. Socioed.	Número <i>acumulado</i> de ações	Número <i>acumulado</i> de ações		
21		Estadual	Mensal	Anual		
22	Belo Horizonte	14	70	840		
23	Juiz de Fora	4	20	240		
24	Teófilo Otoni	2	10	120		
25	Triângulo	7	35	420		
26	Total	27	135	1.620		

Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA

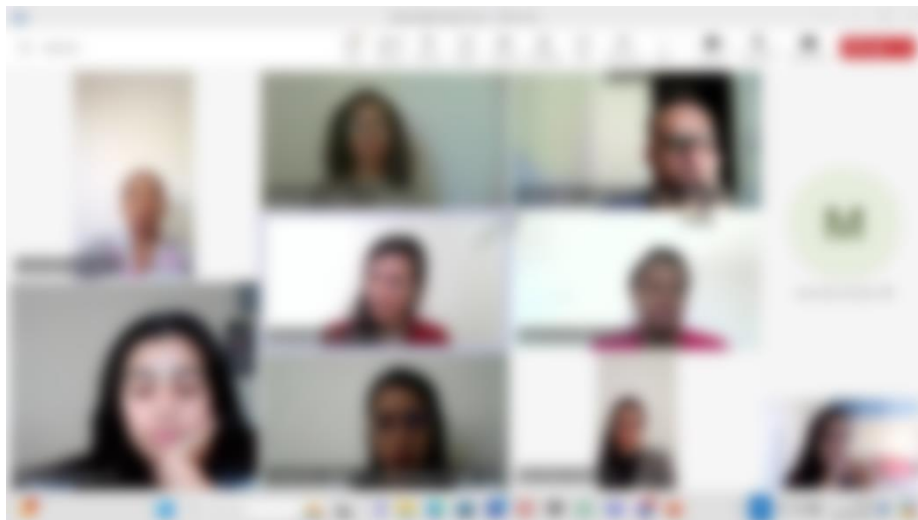
Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
39.564	41.387	104%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	74%	100%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
2.826	2.306	81%

No tocante ao Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa), de forma introdutória, faz-se necessário reforçar que os atendimentos do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) ainda não estão sendo contabilizados nos indicadores do Programa. Conforme mencionado no último Relatório de Monitoramento (RM), esperava-se para esse período a ampliação do referido serviço para os municípios de Contagem e Uberlândia.

Assim como citado no RGR, no dia 12 de junho, a equipe de ambos os municípios iniciaram suas atividades realizando a capacitação introdutória em conjunto com a supervisão metodológica, a Diretoria de Alternativas Penais (DAL) e o Conselho Nacional de Justiça, com início aos atendimentos no dia 17 de junho. Com isso, encerrou-se o período com o funcionamento de três APEC's realizando atendimentos pré e pós audiências de custódia.



13/06/2024 | Capacitação introdutória para equipes do Serviço APEC



Apec Uberlândia

Apec Contagem

Ainda sobre a Apec, nesse trimestre observa-se que esse tipo de atendimento foi reconhecido e divulgado nos espaços da mídia:

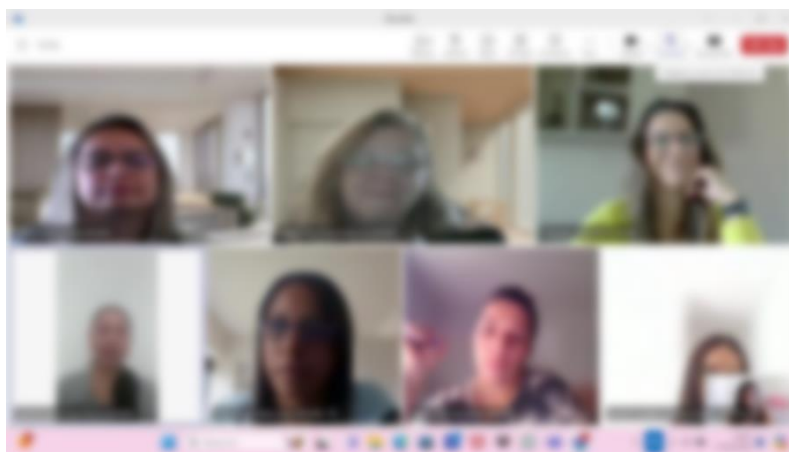
- [MG2 - Edição de terça-feira, 25/06/2024 | MGTV 2ª edição - Uberlândia | Globoplay](#)
- [Integração Notícia - Edição de quarta-feira, 26/06/2024 | Integração Notícia - Triângulo Mineiro | Globoplay](#)
- [Rádio TJMG: \(radiotjmg.com.br\)](http://radiotjmg.com.br)

Por consequência, diante da ampliação das frentes de trabalho do programa, houve a expansão do quadro da supervisão metodológica. Cabe mencionar que, conforme citado pela OS, apesar de cada um dos programas terem a sua própria metodologia, ambos constituem serviços penais, mais especificamente, serviços de alternativas penais.

No que se refere ao **“Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência”**, como dito no RGR, neste período avaliatório também seguiu a transição para a metodologia da Ceapa, sendo que, a partir do mês de maio, Barbacena passa a contribuir em todos os indicadores do programa.

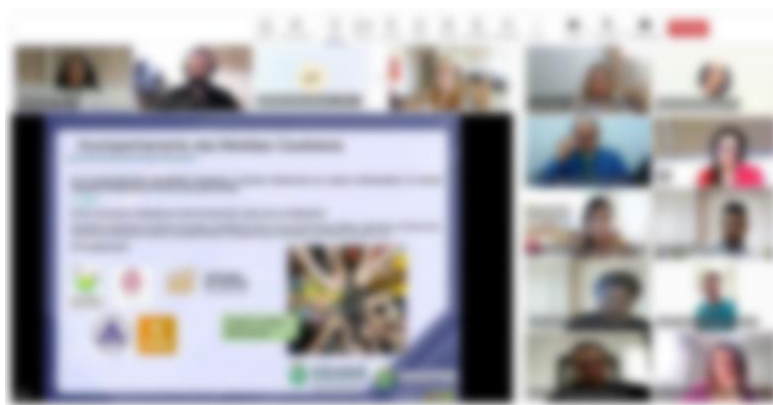
Sobre o processo de auditoria, citado pela OS, cabe acrescentar que o trabalho realizado é no Programa CEAPA. Além disso, o desafio mencionado sobre o passivo de casos aguardando encaminhamento e a necessidade de ajuste na metodologia dos Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAP), não se limitou à unidade localizada na capital mineira. Outro ponto importante é que a auditoria abrange todas as alternativas penais, e não apenas os casos do Juizado Especial Criminal. A título de exemplo, cita-se a solicitação de envio de documentos referentes aos processos das modalidades Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAP) e Medidas Protetivas de Urgência (MPU).

Portanto, o trabalho de auditoria, além de contar com o suporte da supervisão metodológica, também conta diretamente com os servidores da Supec, na qual vem participando de reuniões e elaborando notas técnicas com o objetivo de apresentar tecnicamente os indicadores utilizados para o monitoramento e a avaliação do Programa. Por fim, destaca-se o avanço do estudo para a inclusão de um novo indicador no programa, bem como a revisão daqueles vigentes.



17/06/2024 | Reunião da Comissão da Auditoria com a Equipe Supec

Ademais, neste período avaliatório, as equipes do programa foram orientadas a participarem de espaços de aprimoramento técnico e de interlocução nacional sobre a pauta das alternativas penais, organizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN: II reunião técnica bimestral "Diretrizes Internacionais para Políticas de Drogas baseadas em direitos humanos e sua interface com os Serviços Penais" (abril), II Webinário de Capacitação Introdutória em Alternativas Penais (maio) e III reunião técnica bimestral sobre medidas cautelares.



14/06/2024 | III Reunião Técnica Bimestral: Medidas Cautelares

Além dos espaços supracitados, a Diretoria e a supervisão metodológica também participaram do 4º Ciclo de Capacitações do SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado). Adicionalmente, no mês de maio, a Supec recebeu uma comitiva da Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais (DICAP), vinculada à Secretaria Nacional (SENAPPEN), para conhecer as boas práticas do Programa Ceapa. A comitiva visitou a Cidade Administrativa, três Unidades de Prevenção à Criminalidade (capital/BH, região metropolitana/Santa Luzia e interior/Juiz de Fora), e o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC).



Maio/2024 | Publicação no Instagram da SEJUSP

Por fim, a Diretoria de Alternativas Penais realizou uma parceria com o Programa Selo Prevenção e, durante o mês de junho, capacitou a equipe técnica do município de São Gotardo sobre os grupos de responsabilização para homens autores de violência contra mulheres.



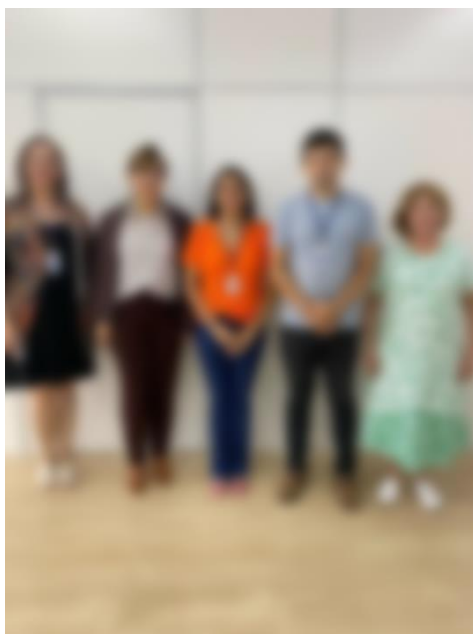
Junho/2024 | Capacitação sobre grupos de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher no município de São Gotardo (parceria com o Programa Selo Prevenção Minas)

Passando à análise dos indicadores, observa-se que a meta só não foi plenamente alcançada em um dos três indicadores. Sobre o **indicador 4.1**, conforme apontado no último RM, o mês de março apresentou uma evolução nos **números dos atendimentos** e com isso esperava-se a manutenção para os próximos meses. A expectativa foi atendida e a **meta neste período avaliatório foi alcançada**, sendo o maior desempenho em abril e o menor em junho.

Conforme foi apontado pela OS, **houve a superação da meta**, tanto na análise cumulativa quanto no trimestre (foram realizados 22.144 atendimentos e a meta total era de 20.160). Contudo, **o desempenho superior ao esperado corresponde a 9,8% e não 4,6%, como relatado no RGR**.

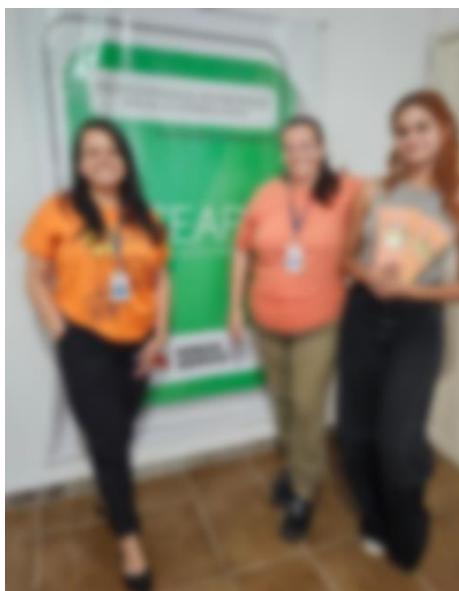
Ao observar a página 66 do RGR, nota-se que município de Pouso Alegre está inserido na tabela 10 e, nesse contexto, cabe pontuar que esta UPC ainda não contribui com os indicadores do Programa Ceapa, visto que ainda faz parte do “Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência” que conta com indicadores próprios. **Assim, fica retificada a informação contida na tabela** e ressalta-se que a transição para o Programa Ceapa vem ocorrendo de maneira gradual e, reitera-se que no período em análise, o município de Barbacena passou a contribuir com os números a partir de maio.

Embora a meta tenha sido alcançada nos três meses, percebe-se que, apesar dos meses de maio e junho terem na contabilização dos atendimentos uma UPC a mais, houve uma diminuição quando comparado ao mês de abril. Conforme apontado pela OS, espera-se a permanência da qualificação técnica e a tempestividade nas intervenções para fomento e frequência nos atendimentos, tanto individuais quanto grupais. Ademais, para os próximos períodos, também se espera a manutenção das articulações da gestão social junto ao Poder Judiciário, que aumentou em relação ao período anterior, posto que tais articulações favorecem o fortalecimento e/ou consolidação das portas de entrada, contribuindo com o indicador 4.1.



18/04/2024 | Visita da juíza da 2ª Vara Criminal de Varginha na UPC

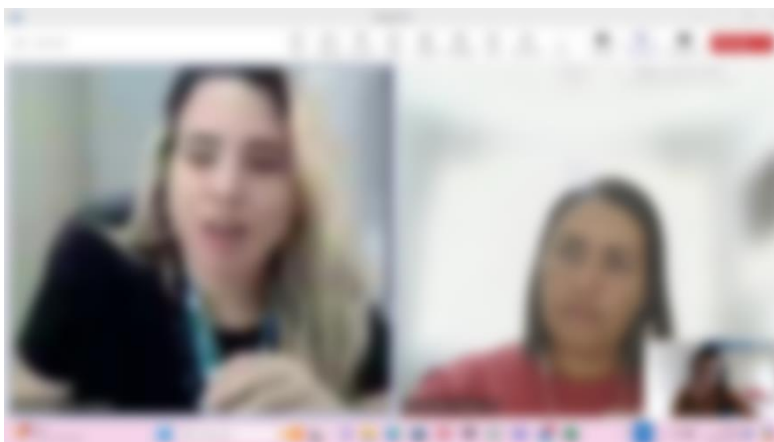
Conforme também sinalizado no RGR, uma das justificativas para o alcance do indicador 4.1 é o aumento numérico nas modalidades de atendimentos grupais com a robustez das intervenções no mês de março e se mantendo durante o período. Entretanto, **ainda permanece a necessidade do fortalecimento dos atendimentos grupais na modalidade da medida cautelar, nos grupos de finalização (GF) e introdutório (G-Intro).**



Grupo de Acompanhamento | UPC de Montes Claros: Tema "Maio Laranja: abuso não é brincadeira"

A OS também destaca a execução das **Ações de Responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres**, porém tal modalidade ainda não é executada e/ou consolidada em todos os municípios e se **espera o início dessa execução na Unidade de Divinópolis**. Novamente, as Unidades de Belo Horizonte, Curvelo e Divinópolis apresentam um desempenho insatisfatório nesse indicador. As articulações referentes

à porta de entrada no Programa foram pautadas na reunião realizada pela DAP com a nova Gestora Social de Divinópolis, conforme mencionado no RGR. Tal estratégia também foi realizada em Belo Horizonte e em Curvelo que também estão com novos profissionais à frente da gestão das referidas UPCs.



27/06/2024 | Reunião com supervisão metodológica e nova gestão social da Unidade de Belo Horizonte

Conforme apontado pela OS, em Belo Horizonte, há uma redução nas portas de entrada do programa. Uma possível justificativa é o fluxo de comunicação fragilizado entre os parceiros. Nesse contexto, a Supec tem sido acionada devido a pedidos reiterados que não estão sendo respondidos tempestivamente pela Unidade. Assim, foi pactuado um fluxo em que a OS é notificada para apurar as causas da ausência de resposta ao Poder Judiciário. Outro ponto a ser verificado é se o juízo não está encaminhando os casos, ou se estão encaminhando e o público não está comparecendo. Diante disso, verifica-se que a referida Unidade permanece com frentes de trabalho sem execução, como os atendimentos grupais relacionados a Prestação de Serviço Comunitário (PSC). **Recomenda-se que a OS apresente um plano de ação para os três municípios supracitados contendo a identificação, a atuação e a correção dos elementos que têm impactado, de forma recorrente, o desempenho insatisfatório desse indicador.**

Já em Varginha, apresentou um avanço nos resultados e a expectativa é que essa tendência se mantenha nos próximos meses, permitindo o alcance da meta estabelecida. **Sugere-se que a OS acompanhe e qualifique a justificativa apresentada para o salto dos atendimentos de inscrições**, já que se justifica a entrada de alternativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Ressalta-se que tal modalidade já tinha sido articulada pela gestão e a Unidade já recebe estes encaminhamentos desde 2023. Conforme apontado na Planilha da UPC de Varginha, também não houve uma abertura robusta de nova porta de entrada (consta apenas um caso encaminhado pela Justiça Federal). **Assim, é necessário qualificar as causas do aumento de inscrições nos últimos meses e se essa tendência se manterá, pois, conforme foi apontado no 21º RGR, a Vara de Execuções Penais da comarca organiza o trabalho via mutirão e realiza os encaminhamentos de forma concentrada.**

Varginha - PI 2024 - Excel

Área de Transferência: F10 =SE(F\$6<=HOJE());CONT.SES('BASE DE DADOS!'\$AF\$5:\$AF\$10000;\$A10;'BASE DE DADOS!'\$D\$5:\$D\$10000;F\$6);''

Tipo de Alternativa Penal														Total	%
Especificação	jan-24	fev-24	mar-24	abr-24	mai-24	jun-24	jul-24	ago-24	set-24	out-24	nov-24	dez-24	Total	%	
Acomp_de_Medida_Cautelar	1	1	2	3	4	13	-	-	-	-	-	-	24	26%	
Acomp_de_Med_Prot_de_Urgência	-	1	4	5	4	7	2	-	-	-	-	-	21	22%	
Acomp_por_ats_aberte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Prática_Restaurativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
PP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
PEAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
PSC	-	2	1	3	18	25	3	-	-	-	-	-	49	52%	
PSC_e_PP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
PSC_e_PEAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Total	1	4	7	11	26	45	5						94	100%	

Distribuição por Juízo de origem														Total	%
Especificação	jan-24	fev-24	mar-24	abr-24	mai-24	jun-24	jul-24	ago-24	set-24	out-24	nov-24	dez-24	Total	%	
Audiência_de_Custódia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Juizado_de_Viol_Dom_e_Fam_Contra_a_Mulher	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Juizado_Eleitoral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Juizado_Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Vara_de_Execuções_Penais	-	2	1	2	17	36	3	-	-	-	-	-	58	62%	
Vara_de_Inquéritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Vara_de_Precatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Vara_de_Tóxicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Vara_de_Viol_Dom_e_Fam_Contra_a_Mulher	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Vara_do_Tribunal_do_Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	
Varas_Criminais	1	2	6	9	9	8	2	-	-	-	-	-	35	37%	
Varas_Federais	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1%	
Total	1	4	7	11	26	45	5						94	100%	

Planilha de Inscrição, aba “dados sobre aplicação de AP” da UPC de Varginha

Novamente, fica evidenciada a realidade dos municípios de Betim e Uberaba com entregas expressivas. Diante desse cenário, visando alinhar os números de atendimentos com a execução e monitoramento esperados nestas Unidades, a equipe técnica será ampliada. Para Betim, acrescenta-se que a DAP orientou não só articulações com a rede parceira para execução dos Projetos Temáticos de Execução de Alternativas Penais (PEAP), como também um diagnóstico dos casos de Medida Protetiva de Urgência para uma possível articulação com o Poder Judiciário, objetivando uma redução no quantitativo encaminhado. Por fim, no que se refere ao município de Ibitiré, destaca-se a mudança gestão social e, com isso, a DAP também orienta articulações com a rede e com o Poder Judiciário.

No que tange ao **indicador 4.2**, observa-se um avanço ao comparar com o período passado, o que reverberou no alcance da meta. Conforme foi sinalizado pela OS, cita-se como possíveis justificativas as capacitações, as ações mais tempestivas nos processos e a execução do monitoramento mensal. A supervisão metodológica segue acompanhando efetivamente a “Planilha de Monitoramento” apresentando sinais de melhoria, porém ainda existem UPCs com atendidos sem intervenção mensal.



22/05/2024 | Capacitação “Dados e Indicadores”

Apesar do alcance da meta, reitera-se que as Unidades de Ibirité, Ipatinga, Santa Luzia e Varginha apresentaram um desempenho insatisfatório nesse indicador. Analisando cumulativamente, o alcance da meta não ocorre em nenhuma das modalidades de alternativas penais, portanto, **sugere que a OS apresente uma leitura para identificação, atuação e correção dos elementos que têm impactado, de forma recorrente, o desempenho insatisfatório.**

Adicionalmente, o RGR descreve que, em Ibirité e em Governador Valadares, a banalização do cumprimento da medida protetiva está impactando negativamente no percentual de cumprimento. Assim, **recomenda-se uma reflexão para que os analistas, juntamente com gestão social e supervisão metodológica, criem estratégias para que a responsabilização seja melhor trabalhada** com as pessoas em cumprimento dessa modalidade de alternativa penal. Em Governador Valadares, também deve-se criar estratégias para que as pessoas se vinculem ao programa mesmo enquanto aguardam o início do grupo, por exemplo, por meio dos atendimentos individuais de acompanhamento. Cabe acrescentar que a estratégia de vinculação ao Programa deve ser pensada para todas as Unidades em que ocorra um lapso temporal entre a inscrição e o início do cumprimento, **sendo o objetivo primordial a superação desse lapso.**

Embora Ipatinga não tenha atingido a meta, cabe destacar que foi possível identificar um equilíbrio maior entre os meses avaliados, com o melhor desempenho apresentado no mês de abril. Conforme apontado no último RM, nota-se que neste município também ocorreu um avanço nas ações de rede, fato que pode ter impactado positivamente no pequeno avanço observado nas baixas referentes a Prestação de Serviço à Comunidade. Já em Ribeirão das Neves atingiu as expectativas e superou o cenário apresentado no último período avaliatório, alcançando assim a meta proposta, ocorrendo também na UPC de Belo Horizonte.

A OS relata um pequeno avanço no cumprimento das alternativas penais de prestação de serviços à comunidade, no entanto, reitera-se que permanece a necessidade de melhoria no desempenho desta modalidade, bem como das Medidas Cautelares, já que das cinco modalidades acompanhadas pelo Programa, estas duas permanecem sem alcançar a meta. No que se refere à Araguari, Curvelo e Uberaba permanecem apresentando resultados positivos. A partir da leitura do RGR, fica evidente que o sucesso é alcançado nas Unidades que conseguem realizar intervenções céleres, tanto no acompanhamento, quanto no monitoramento. Por fim, a partir do mês de maio, Barbacena passou a figurar neste indicador e percebe-se que a contribuição foi positiva, superando a meta, assim como ocorreu com Curvelo no período passado. Todavia, cabe ponderar que, em ambos os municípios, o acompanhamento de prestação de serviço à comunidade ainda é incipiente e espera-se a manutenção de resultados positivos quando essa modalidade estiver consolidada.

Quanto ao **indicador 4.3**, assim como no último período, esse indicador **não teve a meta alcançada**. Apesar disso, conforme foi mencionado pela OS, nota-se um aumento no desempenho se comparado ao último trimestre. Reiteradamente, a modalidade de rede mais executada foi a visita de monitoramento, inclusive com um leve aumento quando comparada ao período anterior. Aumento este também identificado na realização de encontros de rede, mas que ainda não ocupa uma execução com a robustez desejada (**retifica-se que foram realizadas 91 articulações nos encontros de rede e não 93, como relatado no RGR**). No que tange às discussões com a rede de proteção social, a expectativa de manutenção da progressão foi alcançada e o acréscimo citado só não ocorre na modalidade de visitas de captação.



23/05/2024 | Encontro de rede realizado na Unidade de Divinópolis

Não obstante, apesar dos avanços, permanece o não alcance da meta e, diante desse cenário, **sugere-se que a OS realize, em todas as UPCs e não somente em Sete Lagoas, uma atualização do catálogo de entidades parceiras, na busca de um diagnóstico para guiar o planejamento das ações de rede ao longo do ano.** Além disso, a diretoria solicitou que esta temática seja um dos temas das capacitações que serão realizadas pela supervisão metodológica no segundo semestre de 2024.

Conforme supracitado e mencionado pela OS, verifica-se um aumento nas articulações com o Poder Judiciário, contudo, **na oportunidade retificamos a informação contida no 22º RGR: o total realizado no trimestre corresponde a 102 articulações e não 93.** Espera-se a manutenção dessas articulações, pois esse movimento é essencial para o Programa. Outrossim, uma das diretrizes emanadas pela Diretoria de Alternativas Penais (DAL) para 2024, versa sobre o fortalecimento das portas de entrada junto ao Poder Judiciário referente às medidas cautelares. Assim, espera-se que, até o final do ano, todas as Unidades já estejam acompanhando a referida modalidade de alternativa penal.

Mais uma vez o RGR aponta a reestruturação do corpo técnico, como por exemplo, em Belo Horizonte, Uberaba, Contagem e Sete Lagoas, como um fator de influência negativa. Cabe reforçar que, inúmeras vezes, nos relatórios anteriores, já fora sugerido a estratégia de execução de encontros de rede, posto que isso otimiza a força de trabalho. Por último, ressalta-se a possibilidade de contribuição de ações realizadas pela gestão social para este indicador.

Comparado ao último trimestre, o cenário não se alterou nos municípios de **Santa Luzia e Betim**, que seguem com entregas acima do esperado, entretanto, não lograram êxito no indicador 4.2. Assim sendo, **sugere-se para estas Unidades um equilíbrio para que consigam executar todas as frentes de trabalho e consequentemente entregar resultados isonômicos para todos os três indicadores.** Um ponto de destaque é a manutenção nas entregas de rede para Divinópolis, Governador Valadares e Uberlândia, bem como Ibirité e Araguari que avançaram, quando comparado ao último período. Por fim, Juiz de Fora, Ipatinga e Sete Lagoas atenderam às expectativas, apresentando resultados melhores.

Assim, evidencia-se que o melhor desempenho apresentado até o momento ocorreu no mês de junho e esperava-se não só a manutenção desta evolução, mas a intensificação e a priorização nesta frente de trabalho para que ocorra o alcance da meta. Ao observar os resultados, é perceptível que para que isso ocorra, a Unidade de Belo Horizonte precisa superar o recorrente resultado aquém da meta, pois como mencionado pela OS, o quantitativo de ações de rede desenvolvido pela UPC/BH possui grande impacto no desempenho do indicador, devido ao porte da unidade.

Isto posto, mais uma vez, reitera-se a sugestão da OS para apresentação de um plano de ação objetivando a construção e execução, não somente pela supervisão metodológica, que afirma já estar trabalhando com a equipe, bem como pela gestão social da Unidade.

A tabela abaixo ilustra como a Unidade de Belo Horizonte ainda não conseguiu avançar junto a rede parceira, assim como ocorreu em 2023, e esta Supec está em constante alinhamento com a OS para a mudança deste quadro.

MUNICÍPIO	UNID	Exercício 2024												Acum. até o mês	
		jan-24	fev-24	mar-24	abr-24	mai-24	jun-24	jul-24	ago-24	set-24	out-24	nov-24	dez-24		
ARAGUARI	CENTRO	M	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	72
		E	12	9	9	16	10	15							71
		F	✓	✗	✗	✓	!	✓							!
BARBACENA	CENTRO	M	0	0	0	0	18	18	18	18	18	18	18	18	36
		E	0	0	0	0	29	8							37
		F					✓	✗							✓
BELO HORIZONTE	CENTRO	M	114	114	114	114	114	114	114	114	114	114	114	684	
		E	35	19	12	3	2	7							78
		F	✗	✗	✗	✗	✗	✗							✗
BETIM	CENTRO	M	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	144	
		E	39	31	27	24	28	27	0						176
		F	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗						✓
CONTAGEM	CENTRO	M	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	216	
		E	36	49	38	37	31	38							229
		F	✓	✓	✓	✓	!	✓							✓
CURVELO	CENTRO	M	0	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	90	
		E	0	18	18	15	18	18							87
		F		✓	✓	!	✓	✓							!
DIVINÓPOLIS	CENTRO	M	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	108	
		E	18	18	24	20	32	18							130
		F	✓	✓	✓	✓	✓	✓							✓

Planilha "Gestão à vista", aba "Ações junto às redes"

Adicionalmente, a OS precisa ter como ponto de atenção a UPC de Barbacena que, a partir de maio, passa a contribuir com o indicador e ainda entrega aquém da meta no mês de junho. Ressalta-se a necessidade deste cuidado, posto que as portas de entrada vêm sendo ampliadas, como por exemplo, para o recebimento da Prestação de Serviço à Comunidade. Logo, faz-se necessário as articulações com a rede de entidades para recebimento do público encaminhado pelo Poder Judiciário.



05/06/2024 | Reunião realizada pela gestão social de Barbacena com a Dra. Flávia, Juíza da Vara de Execuções

Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp

Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
12.030	11.752	97%

Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	86%	110%

Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
1.044	1.166	111%

A partir da análise do trabalho do PrEsp no 22º período avaliatório, no que se refere ao **indicador 5.1**, evidencia-se que a meta para esse trimestre não foi alcançada. Destaca-se que o não alcance é situação recorrente, haja vista os resultados apresentados nos relatórios anteriores, **todavia, nota-se um aumento de 4% quando comparado ao período anterior, que teve a entrega de 93% da meta pactuada.**

O aumento está relacionado aos municípios que, desde o início do ano, se mantiveram na entrega de bons resultados, atingindo e superando as metas individuais previstas, sendo eles: Ibirité, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas. Paralelamente, houve uma recuperação por parte de outros municípios, no caso de Betim, Governador Valadares, Montes Claros e Uberaba, que atingiram os resultados esperados para esse período, uma vez que no último suas metas não haviam sido alcançadas. **Verifica-se, portanto, que a equipe técnica, a gestão social e a supervisão metodológica da OS, em parceria com a Diretoria do Programa, estão atentas na manutenção das boas estratégias para alcance e atendimento do público no PrEsp.**

É oportuno ressaltar que, no mês de junho, em Governador Valadares, ocorreu a devolução das assinaturas para a Vara de Execuções Penais, a partir de uma articulação de rede onde a OS contou com o suporte dos servidores da Supec. A devolução demonstra um avanço significativo do município no sentido de legitimar a vinculação do público ao PrEsp pela via da voluntariedade, e aponta para a necessidade da OS acompanhar e intervir nos efeitos que essa mudança poderá gerar, principalmente no que se refere ao alcance das metas para 2024.

Ao contrário das considerações iniciais acima referidas, Contagem iniciou o ano alcançando o indicador de atendimento, porém no 22º período avaliatório, a meta do trimestre não fora atingida. Em Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga, Santa Luzia, Uberlândia e Vespasiano, o cenário é similar em relação ao não alcance da meta, divergindo pelo fato de que nestes municípios ocorre desde o primeiro trimestre de 2024. Desta forma, destacam-se as seguintes situações para acompanhamento, monitoramento ou intervenções pela OS:

Observa-se que o PrEsp de Contagem, no primeiro trimestre apresentou números bem elevados em relação ao indicador de atendimento, esses resultados refletiam a capacidade técnica e o bom desempenho da equipe no alcance e atendimento do público. Entretanto, no segundo semestre, dois analistas se desligaram do Programa, sendo essa a justificativa do não alcance da meta por parte da OS. **Considera-se tal justificativa plausível e, para o próximo trimestre, é esperado que esse cenário se modifique, uma vez que**

a equipe técnica foi recomposta e já se encontra completa. **Reforça-se a importância de capacitar metodologicamente os novos analistas, de modo a não perder na qualidade técnica da equipe, bem como para que todas as frentes de trabalho sejam contempladas neste município.**

Em Ipatinga, a OS relata desafios similares à Contagem, sendo que a equipe também vivenciou a saída de um analista e outras ausências dos profissionais devido a férias e licença maternidade. Para além disso, também se justificou devido aos desafios na manutenção dos grupos nas unidades prisionais. Ademais, ainda se percebe uma ausência de leitura ampliada sobre o alcance deste indicador e quais estratégias serão adotadas para melhoria dos resultados. **Deste modo, reforça-se que a OS se atente para esse ponto e espera-se que no próximo RGR tal orientação seja contemplada, bem como no planejamento de 2024 para o segundo semestre.**

Dando continuidade, no último RGR, a OS mencionou sobre as diversas alterações na composição da equipe de trabalho do PrEsp Belo Horizonte e a alta rotatividade dos profissionais, o que representava um desafio na continuidade do trabalho e no avanço das estratégias já construídas. Nesse sentido, ao analisar o RGR deste período, observa-se uma possível mudança deste cenário, uma vez que a OS relata melhora na organização do trabalho da equipe, a partir do investimento da qualificação e do acompanhamento dos casos e das ações estratégicas de rede. No primeiro mês desse trimestre, a equipe esteve bem próxima de alcançar a meta, contudo, o indicador continua aquém do esperado. Há que se considerar ainda, que a OS apresentou como uma das justificativas do não alcance da meta, o aquecimento da dinâmica criminal em alguns territórios e a mudança no fluxo de assinaturas da VEP, **entretanto, a situação crônica urge para que a OS considere o PrEsp Belo Horizonte como objeto de leitura, de modo mais ampliado para que haja construções de respostas imediatas, onde seja possível traçar um plano de ação que responda aos desafios do trabalho.**

No que tange aos municípios de implantação Divinópolis e Vespasiano, é válido destacar que o PrEsp de Divinópolis apresentou uma melhora significativa no presente período, uma vez que no último alcançou 56% da meta e neste atingiu 89% do indicador. Isto nos leva a observar que as estratégias empreendidas reverberaram de forma positiva, e havendo uma continuidade e planejamento do trabalho para esse município, espera-se que no próximo período seja possível o alcance da meta em sua totalidade. **Sendo assim, solicita-se que a OS continue o acompanhamento e monitoramento destas estratégias.**

Quanto ao Presp de Vespasiano, entende-se que as estratégias construídas para o plano de ação estão sendo executadas e acompanhadas de forma sistemática pela OS e percebe-se comprometimento por parte da equipe técnica em busca de um maior alcance e atendimento do público. Contudo, a média de atendimentos se mantém bem próxima ao último trimestre, sendo ela de 63 a 64 atendimentos mês. **Dessa maneira, torna-se pertinente que a OS traga leituras mais específicas de modo que seja possível mensurar qual a perspectiva de melhoria do indicador, ou seja, de curto, médio ou longo prazo.**

Sobre o PrEsp de Uberlândia, no primeiro trimestre a Supec realizou visita neste município e pôde escutar diretamente da equipe técnica e da gestão social os desafios que atravessam o atingimento da meta, o que corroborou para que a Diretoria do Programa contribuísse, junto à OS, na construção de estratégias para o alcance deste indicador. Percebe-se uma pequena variação na média de atendimentos quando comparado ao último trimestre, de 111 atendimentos para 119 e **se faz necessário que a OS apresente no RGR leituras sobre o acompanhamento e monitoração do que fora construído, considerando que a alteração dos dados ainda é muito pequena.**

No que se refere ao PrEsp de Santa Luzia, observa-se que nos últimos períodos avaliatórios a redução nos números de atendimento se manteve sem alcançar a meta pactuada. No último período avaliatório foram apresentadas justificadas, entretanto, na análise do 22º RGR, percebe-se uma ausência de contextualização. Diante disso, **orienta-se que a OS apresente leituras sobre os desafios deste município, bem como quais as estratégias que estão sendo construídas para reverter os resultados.** Ademais, cabe

destacar que, em julho, Santa Luzia terá sua equipe técnica ampliada com a contratação de mais um profissional. Essa ampliação se justifica pois, o Programa prevê uma equipe de atendimento multidisciplinar das áreas do Direito, Serviço Social e Psicologia, bem como a necessidade cotidiana do trabalho que demanda três analistas, de modo a viabilizar a organização e execução de todas as frentes de trabalho, sem comprometer o bom funcionamento do Programa na UPC. A perspectiva futura é que as demais equipes do PrEsp, que possuem dois analistas, sejam contempladas com essa ampliação.

Acerca do **indicador 5.2**, evidencia-se que a meta foi superada e percebe-se, majoritariamente, que as equipes tiveram desempenhos próximos ao esperado. No tocante aos municípios que não alcançaram suas metas individuais, sendo eles Divinópolis, Ipatinga e Uberlândia, observa-se que em Divinópolis a meta não foi atingida somente no primeiro mês do trimestre, em contrapartida posteriormente foi superada. Em Ipatinga e Uberlândia, o cenário não é o mesmo, sendo que ambos os municípios apresentaram uma média de vinculação no trimestre próxima dos 74% e 75%. **Diante desse cenário, a OS apresentou leituras pertinentes que estão sendo objeto de intervenção e espera-se que no próximo período o cenário da adesão se modifique nesses municípios.**

Ao analisar o RGR, verifica-se ainda ações relevantes, destacando: o fomento das atividades coletivas com o público acompanhado no espaço da UPC, bem como em locais culturais do território; o uso imprescindível do Plano de Acompanhamento do Egresso (PAE) considerando-o como ferramenta fundamental para contribuir nas discussões de caso, construção dos atendimentos de retorno e qualificação do acompanhamento; a organização do trabalho, de modo a contemplar as buscas ativas do público que não retornou após a inscrição; as intervenções lúdicas e artísticas na estrutura da UPC promovendo um ambiente acolhedor que promova o sentimento de pertencimento.

Quanto ao **indicador 5.3**, evidencia-se que a meta pactuada também foi superada. Na análise do RGR, percebe-se que, em algumas UPC's, ocorreram pequenas oscilações, mas que isso não comprometeu de forma significativa o número acumulado da maioria dos municípios.

É válido mencionar, que a Supec esteve presente ativamente nas construções desta frente de trabalho, em conjunto com a OS, podendo citar as seguintes ações: reuniões com o Poder Judiciário no município de Uberaba e Governador Valadares, viabilização da parceria do Supermercado BH em Contagem, suporte na avaliação de projetos com a rede parceira em Montes Claros e a visita ao Complexo Penitenciário Nelson Hungria em Contagem.

Por fim, observa-se que a OS relata uma entrega de muita qualidade nas articulações de rede do Programa, o que demonstra um resultado positivo em relação ao investimento na qualificação de gestão e equipe técnica. Nesta perspectiva, espera-se para o próximo período uma análise dos impactos das articulações de rede realizadas no primeiro semestre, de modo a orientar a construção do planejamento do segundo semestre de 2024.

Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
49	106	216%

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica		
Meta	Resultado	Desempenho
1.770	3.150	177%

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
380	508	133%

O Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência, construído conjuntamente pelos programas CEAPA e Mediação de Conflitos está em processo de conclusão. Durante o 22º período avaliatório, o projeto passou pelo encerramento das atividades em Barbacena, finalizando as intervenções do Programa Mediação de Conflitos. Como previsto, mantém-se a execução apenas em Pouso Alegre. No que se refere à atuação do CEAPA, conforme já sinalizado nos últimos relatórios, ocorreu em Barbacena o processo de ampliação metodológica para a incorporação das demais alternativas penais e institutos jurídicos e sua atuação, e a partir de maio de 2024 passará a ser contabilizada nos indicadores da área temática 4.

Cabe destacar que o Programa Mediação de Conflitos em Barbacena apresentou a sua conclusão de forma estratégica, tanto no distanciamento com os territórios, na qual houve os encerramentos dos casos e referenciamento das mulheres em situação de violência para os serviços de proteção, como também nas articulações com referências comunitárias e demais atores da rede parceira. Quanto ao trabalho de mobilização social e fomento ao protagonismo a equipe identifica avanços, especificamente em Nova Cidade e Grogrotó, em que o senso de identidade territorial se mostrou mais fortalecido, resultando na motivação dos moradores para construções conjuntas.

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção à Criminalidade (DCM) destaca a importância do trabalho executado pela OS em Barbacena, pois conforme relato da gestora social, a Unidade é considerada a principal mobilizadora da rede de enfrentamento à violência doméstica no município. A Diretoria de Alternativas Penais (DAL) corrobora com a referida análise. Inclusive, considerando a permanência e ampliação do Programa Ceapa no município, a rede de enfrentamento à violência doméstica fortalecida e consolidada se torna de suma importância.





Reunião mensal da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica de Barbacena.

Cumprе então mencionar que, neste trimestre, a UPC de Barbacena encerrou suas atividades enquanto município integrante do “Projeto de Enfrentamento e Prevenção à Violência Contra a Mulher” custeado pelo FUNEMP. Assim como foi prevista a saída de Curvelo no cálculo de metas no 21º Período Avaliatório, o mesmo ocorreu em Barbacena, que encerrou suas atividades no mês de abril de 2024. Assim, mesmo com um município a menos **as metas dos três indicadores não foram impactadas**.

Com relação ao **indicador 6.1**, é importante registrar que com a saída do município mencionado, naturalmente, visualiza-se uma redução nos quantitativos dos meses de maio e junho. Mas, apesar disto, tal como mencionado no RGR, **a meta ainda foi superada**.

Conforme ainda relatado pela OS, a meta do trimestre também foi atingida. E como já mencionado em outros momentos, esse indicador é diretamente impactado pelas portas de entrada do Programa. Assim, observa-se que em Pouso Alegre consolidou o fluxo para recebimento de novos casos e permanece executando por mês uma média de dezessete atendimentos de inscrição. Corrobora-se com a análise apresentada no RGR no que tange ao município de Barbacena que, apesar de contribuir somente no mês de abril, executou 17 encontros, superando os 8 que eram esperados. Sobre o município de Pouso Alegre, cabe acrescentar que, assim como em Barbacena, a meta também foi superada com a execução de 26 encontros.



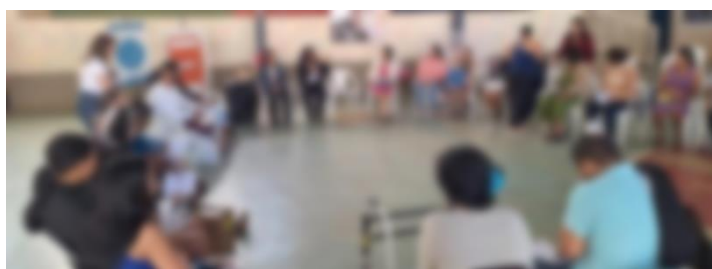
Ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher – Ceapa Barbacena

Com relação ao **indicador 6.2**, no que tange à atuação do Programa Ceapa, observa-se a superação da meta, tanto cumulativamente quanto no trimestre. Apesar de contribuir com os números de atendimentos somente no mês de abril, novamente a Unidade de Barbacena realizou a maioria dos atendimentos do Programa, executando 441 atendimentos, ou seja, 145% acima do estabelecido. Assim como no RGR anterior, mais uma vez nota-se que há uma discrepância entre a análise dos dados e o quadro apresentado, ou seja, enquanto o relato cita que o município de Barbacena executou 433 atendimentos (p. 117), o quadro aponta que foram executados 441. **Em conferência dos dados, nota-se que a quantidade correta é de 441.**

Já na Unidade de Pouso Alegre, constata-se um aumento no número dos atendimentos, quando comparado ao trimestre anterior, reiterando o apontamento realizado no último RM. Isto é, os dados produzidos por Pouso Alegre deixaram de serem incipientes, devido ao avanço e consolidação nas articulações com o Poder Judiciário. Além disso, Pouso Alegre também executa uma entrega acima do esperado e, como sinalizado pela OS, o município apresenta uma robustez na execução de grupos na modalidade aberta. Além disso, observa-se um progresso na modalidade dos atendimentos individuais de acompanhamento.

Ainda sobre o **indicador 6.2**, no que se refere ao Programa Mediação de Conflitos, a DCM corrobora com a OS, no entanto, observa a ausência de apontamentos qualitativos sobre a execução do trabalho do PMC. **Recomenda-se que, no próximo período avaliatório, a apresentação feita pela OS seja complementada por uma análise mais esclarecedora do trabalho realizado. É fundamental que essa análise inclua informações detalhadas sobre as práticas implementadas e os resultados obtidos.**

A análise específica do indicador 6.2 revela que, embora Barbacena tenha realizado apenas 5 atendimentos (conforme página 117 do RGR), devido a desmobilização do Programa, Pouso Alegre superou a meta estabelecida no período em destaque. A DCM ressalta o engajamento de Pouso Alegre na aproximação com as comunidades, principalmente do Bairro São Geraldo. As ações itinerantes, circulações, contatos e o fomento de parcerias com referências comunitárias e atores estratégicos demonstram o compromisso em fortalecer os vínculos com o público atendido. Destaca-se, ainda, a iniciativa junto à Unidade Básica de Saúde (UBS), na qual um grupo de mulheres gestantes discutiu questões relacionadas à violência no contexto da maternidade.



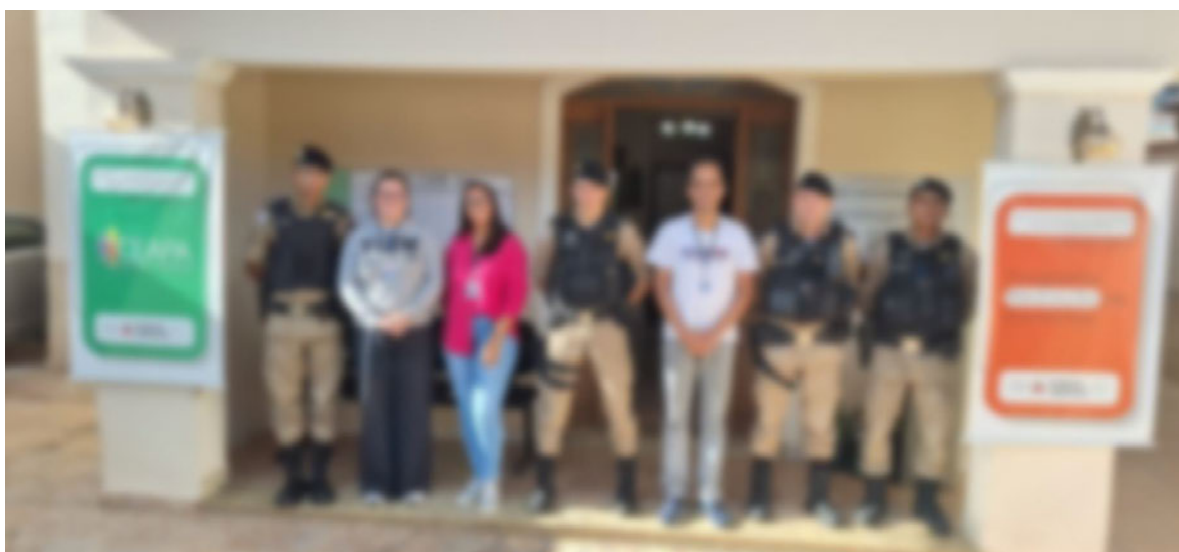
Roda de Conversa: violência e maternidade - PMC Pouso Alegre

Para otimizar o acesso da comunidade às diversas práticas de atendimento do Programa Mediação de Conflitos, **sugere-se a contínua implementação da prática de atendimentos voltados à prevenção das violências, principalmente dos projetos e orienta-se a produção de um planejamento para o próximo semestre do ano focado na diversificação das intervenções.**

Com relação ao **indicador 6.3**, no que se refere ao Programa Ceapa, observa-se que a meta cumulativa foi superada (para uma meta de 245 foram executadas 268 ações de rede). Contudo, faz-se necessário **retificar a informação do RGR, pois analisando o trimestre, verifica-se que a meta do Programa**

Ceapa não foi alcançada. Cabe mencionar que o desempenho foi de 98,9 % (das 85 ações previstas foram executadas 84).

Como citado pela OS, a Unidade de Barbacena realizou 31 ações de rede superando a meta pactuada. Apesar do resultado expressivo, diante do cenário de transição para o recebimento de novas alternativas penais, espera-se a intensificação das articulações com o Poder Judiciário. Verifica-se ainda essa robustez na Unidade de Pouso Alegre que salta de 12 (doze) articulações no trimestre passado para 29 (vinte e nove) neste trimestre. Conforme supramencionado, observa-se uma consolidação no que tange as portas de entrada do programa, fato que pode explicar a redução numérica nas articulações com o Poder Judiciário. Assim, espera-se uma manutenção dessa consolidação, bem como de um diálogo próximo e fluido com a rede parceira.



Reunião com Polícia Militar - UPC de Pouso Alegre

Ainda sobre o **indicador 6.3**, no que se refere ao Programa Mediação de Conflitos, a DCM corrobora parcialmente com o apresentado pela OS. Apesar de identificar o investimento de Pouso Alegre na apresentação, aproximação e articulações pertinentes com a rede e constatar que essas ações estão atentas às demandas dos moradores e visam fortalecer uma rede de prevenção e proteção às mulheres, também identifica que, assim como o indicador 6.2, houve uma redução do produzido no comparativo ao 21º Período Avaliatório. **A DCM solicita um acompanhamento deste ponto, a fim de evitar prejuízos no trabalho que tem sido realizado com a rede de proteção social. É fundamental que sejam identificadas as causas dessa redução e que estratégias sejam implementadas para reverter essa tendência.**

Ressalta-se que o encerramento do Programa Mediação de Conflitos em Barbacena foi realizado de forma estratégica, com alinhamentos institucionais, diálogos e encaminhamentos necessários para a rede de proteção social. O comprometimento da OS na entrega do projeto é notório e expressa a qualidade do que foi entregue para o município durante o tempo que esteve ativo. Destacamos, portanto, que o encerramento realizado pela Organização Social em Barbacena, ocorreu de forma assertiva e não apenas consolidou os resultados obtidos, mas também fomentou a continuidade de estratégias político-institucionais no município. Essas estratégias visam a prevenção e o enfrentamento à violência contra a mulher, mesmo após a finalização do projeto em destaque.

Adicionalmente, **recomenda-se que a OS acompanhe de forma próxima a execução do projeto em Pouso Alegre.** É fundamental que sejam tomadas medidas para garantir a manutenção dos resultados quantitativos e qualitativos que estão sendo gerados. O compromisso com a efetividade das ações é essencial para o sucesso contínuo da política de prevenção social à criminalidade em Minas Gerais.

Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1: Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
540	382	70%

Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
610	339	55%

Indicador nº 7.3: Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
420	252	60%

Para o 22º período avaliatório, o Programa Selo Prevenção Minas não atingiu a meta de nenhum dos indicadores, apresentando no 7.1 o percentual de 70,74% da meta acumulada para os dois primeiros trimestres, e no indicador 7.2 atingiu 55,6%, e no 7.3 alcançou 60% da meta. Isso se deve, sobretudo, a três fatores principais:

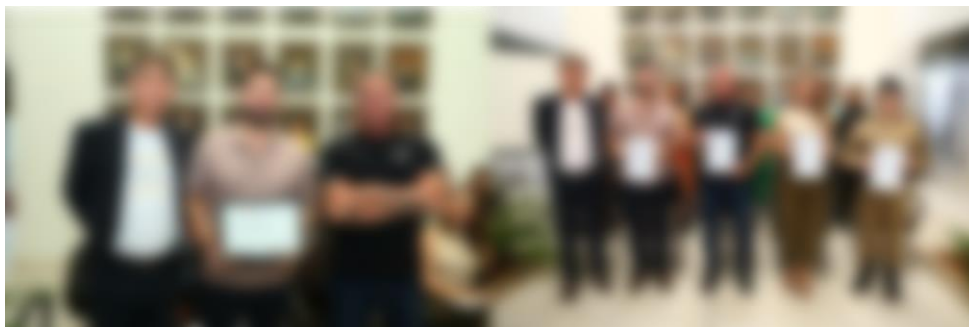
1. O primeiro motivo diz respeito ao fato de que, para o ano de 2024, as metas foram elaboradas com a previsão de **implantação de mais duas UPCs do Programa Selo Prevenção Minas que não se concretizaram no tempo planejado**. Uma UPC era prevista para fevereiro e outra para abril, o que aumentou as metas do programa para os 3 indicadores. Porém, devido a questões inerentes ao processo de implantação, das duas expansões, apenas uma ocorreu (UPC RISP 15 em Teófilo Otoni), tendo seu início de trabalho no mês de junho e não em abril, conforme planejamento. Por esse motivo, o indicador 7.1 teve 180 ações de rede que não pôde ser alcançada (referente às expansões); o indicador 7.2 teve 60 participações a mais referentes às expansões, e o indicador 7.3 teve 20 participações a mais referentes às expansões. Porém, ainda que a meta esteja alta em detrimento da implantação dessas duas UPCs, quando analisada as metas da RISP 10, nenhum dos indicadores também foi alcançado, o que se deve, sobretudo, ao motivo seguinte.

2. Houve uma brusca ruptura da equipe da RISP 10 no mês de abril, que culminou no desligamento da gestora social e da analista social de referência do eixo Em Curso (RGR p. 124). Tal fato, dentre outros motivos, reflete uma falta de acompanhamento próximo da equipe, sobretudo, no tocante à gestão de pessoas e no desenvolvimento profissional. Foram desligamentos complexos, que ensejaram uma série de denúncias de posturas antiprofissionais e equívocas sobre a equipe (gestão e analistas). Por causa desses desligamentos, sem referências adequadas para tocar os eixos do programa, todos os indicadores foram impactados negativamente. A nova gestora e analista chegaram em maio (dias 6 e 13 respectivamente) e, nesse sentido, maio foi o mês de capacitação e apropriação do trabalho, tendo uma melhoria nos indicadores a partir de junho.

3. Ainda que o gestor social da RISP 15 tenha chegado em junho (mês corrente do 22º PA) e tenha realizado diversas ações de articulação de rede que poderiam ser contabilizadas no indicador 7.1, a OS não

se atentou a isso e não instrumentalizou os novos profissionais sobre estas informações, tendo perdido esses números para fins de contabilização da meta.

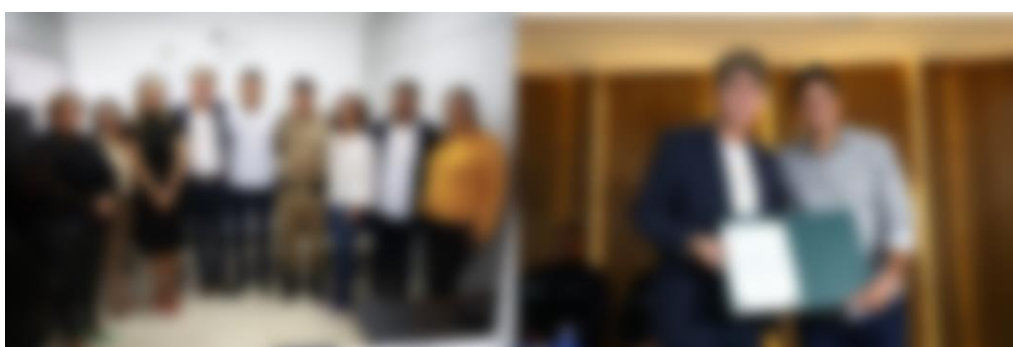
A despeito de tais fatores, ainda que não tenha sido possível alcançar plenamente a meta nos indicadores, conforme abordado no RGR (p. 120), o 22º período avaliatório foi um trimestre de muitas e importantes entregas para o programa:



Evento de lançamento do Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Criminalidade e certificação do município de Patos de Minas, ocorrido em 02/04/2024, com a presença do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais Rogério Greco e do Subsecretário de Prevenção Social à Criminalidade Coronel Matuzail Martins.



Evento de lançamento do Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Criminalidade de São Gotardo, ocorrido em 20/06/2024, com a presença da Superintendente de Prevenção Social à Criminalidade Flávia Mendes e a Coordenadora do Programa Selo Prevenção Minas Cristiane Pereira.



Evento de inauguração da Unidade de Prevenção à Criminalidade RISP 15 e Lançamento Programa Selo Prevenção Minas em Teófilo Otoni, ocorrido em 26/06/2024, com a presença do Subsecretário de Prevenção Social à Criminalidade Coronel Matuzail Martins e da Superintendente de Prevenção Social à Criminalidade Flávia Mendes.

No tocante a UPC RISP 15, cabe uma ressalva para enaltecer o quanto a OS parceira foi célere e proativa em relação à estruturação dessa UPC, tanto referente à infraestrutura física, bem como a contratação de pessoal. Foi um processo realizado em tempo recorde e feito com muita excelência.

Para o próximo PA, é esperado um “retorno à normalidade” na RISP 10, com a recomposição da equipe, o início do trabalho na RISP 15, e menos eventos devido às vedações eleitorais. **Pede-se, portanto, atenção da OS parceira em relação aos seguintes pontos:**

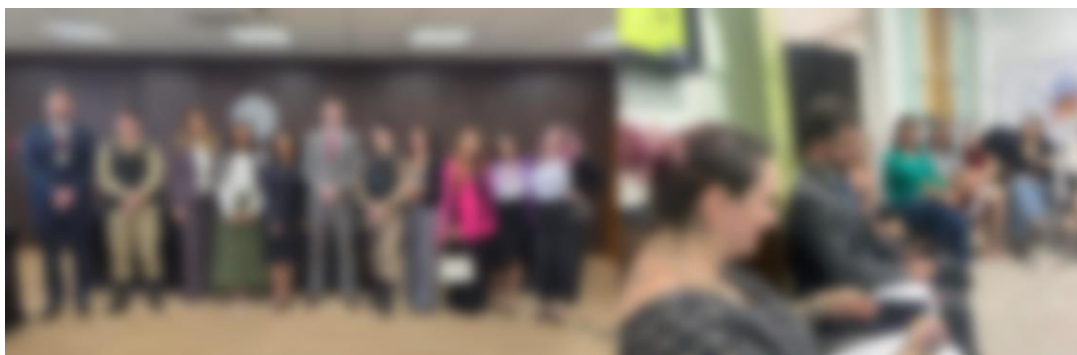
- Acompanhamento próximo à equipe da RISP 10, de modo a mitigar os reflexos da ruptura da equipe e a fiscalização em relação às posturas que foram denunciadas, para que elas não venham a ocorrer novamente, inclusive, em outras UPCs;
- Maior cuidado e atenção aos registros das ações realizadas e aos relatórios e instrumentais do programa;
- Atenção às metas pactuadas.

Por fim, reitera-se que, para o próximo período avaliatório ainda estão contabilizadas no plano de trabalho as metas da terceira UPC que não se concretizou, o que provavelmente fará com que a meta global continue não sendo atingida.

No que tange ao **indicador 7.1**, conforme abordado anteriormente, a meta não foi alcançada devido a não implantação das RISPs planejadas para fevereiro e abril; dos desligamentos que ocorreram na equipe da RISP 10; e da não contabilização das ações realizadas em junho na RISP 15.

Porém, ainda que as metas mensais de abril a junho não tenham sido alcançadas, em relação às ações de articulação na RISP 10 (Patos de Minas), a meta global planejada exclusivamente para a RISP 10 entre janeiro e junho foi atingida: eram esperadas 360 articulações na RISP 10, sendo realizadas um total 382.

No que se refere às ações da RISP 10, observa-se que, conforme abordado no RGR (p. 123), 56% do total das articulações foram em Patos de Minas (devido ao momento de chegada da nova equipe em maio e da consequente necessidade de se apresentar para a rede municipal). Destaca-se uma importante ação de articulação de rede em São Gotardo, com a presença da Coordenação Estadual do Programa Selo Prevenção Minas, por meio da Gerente Maria Clara e da Diretora de Alternativas Penais Karolina Oliveira. Trata-se de uma capacitação presencial, ocorrida dia 24/06/2024 em São Gotardo, para a equipe do “Projeto Acredite”, projeto municipal de ações de responsabilização com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Tal capacitação foi protagonizada pelas servidoras Karoline e Maria Clara, sendo possível por meio da articulação entre os programas Selo, Ceapa e município de São Gotardo.



No tocante à RISP 10, para o próximo período é esperado:

- Aumento no número de ações de articulação com outros municípios da RISP 10 para além de Patos de Minas e São Gotardo;

- Em Patos de Minas, importante focar nas articulações para o fortalecimento das reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade e de execução do Plano Municipal.

Em relação às ações da RISP 15, não houve registro o que impossibilita a contabilização para fins deste indicador. No caso das metas planejadas exclusivamente para a RISP 15, eram previstas 60 ações de articulação de rede entre abril e junho, que acabaram não tendo o devido registro. **No tocante à RISP 15, para o próximo PA espera-se:**

- Diligência no registro das ações nos relatórios e instrumentais do programa e no monitoramento dos indicadores;
- Aumento do número de ações de rede na RISP, haja vista o processo do diagnóstico de implantação e das articulações iniciais.

Destaca-se, em todo esse processo, a atuação da supervisão metodológica para a instrumentalização das novas equipes das duas RISPs, para que as articulações fossem possíveis e para a qualificação metodológica daquilo que é considerado ação de articulação de rede para o programa.

Quanto ao **indicador 7.2**, a meta também não foi alcançada. Ao todo, de abril a maio de 2024, foram realizadas 3 capacitações (todas na RISP 10), que alcançaram 86 participações, em 3 municípios. A seguir, resumo das atividades de formação realizadas:

Abril (1 capacitação):

- Capacitação em Tiros (05/04/2024), na temática “Violência contra a Mulher”, com a presença de 27 pessoas.

Maior:

- Não ocorreu nenhuma capacitação no mês de maio, zerando o indicador.

Junho (2 capacitações):

- Capacitação em Patos de Minas (19/06/24), na temática “Os direitos e a qualificação do atendimento à comunidade LGBTQIAPN+”, com a presença de 28 pessoas.
- Capacitação em Matutina, contemplando também o município de Tiros (28/06/24), na temática “Prevenção à Violência Sexual Infantil”, com a presença de 31 pessoas.

Para esse período avaliatório, a meta da RISP 10 era de 310 pessoas participantes, sendo que houve apenas 86.

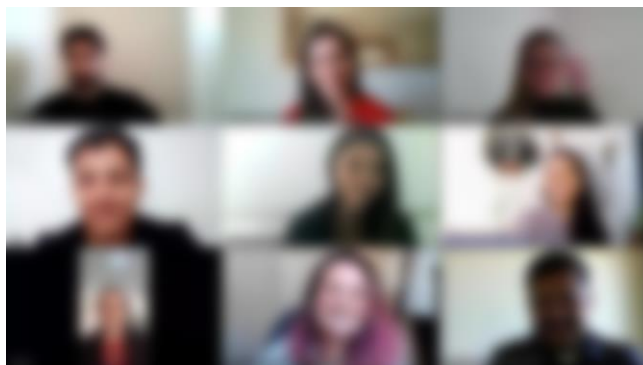
Importante lembrar que, para esse período avaliatório já contabilizava as metas das outras UPCs, sendo 60 participações para a UPC que ainda não foi implantada. **Diferente do indicador 7.1, que não foi alcançado, sobretudo, por causa da não implantação, este indicador 7.2 não foi alcançado em razão da RISP 10, considerando o desligamento da analista de referência do eixo de formações da referida RISP.**

Porém, há de se enaltecer, conforme abordado no RGR (p. 128), que ainda que a meta não tenha sido alcançada, 3 formações aconteceram entre abril e junho, sendo que 2 só foram possíveis pela atuação do analista de referência do eixo Certifica que se desdobrou para responder aos dois eixos e manter a qualidade de execução do programa. **Destaca-se, portanto, que isso também foi possível pela atuação da supervisão metodológica, através da orientação do analista de referência e no cuidado com as questões emocionais que reverberaram na equipe após os desligamentos dos profissionais.**

Após a chegada da nova analista de referência para o eixo de formação, houve um mês de qualificações iniciais (maio) e, em junho os números começaram a ser retomados (2 formações com 59 participações no total). Destaca-se, portanto, os seguintes aspectos:

- Ampliação do repertório da equipe, conforme orientado nos últimos Relatórios de Monitoramento (“Os direitos e a qualificação do atendimento à comunidade LGBTQIAPN+” e “Prevenção à Violência Sexual Infantil”);
- Integração dos eixos Em Curso e Certifica em Patos de Minas (formações realizadas no município de Patos);
- O fato de os municípios estarem procurando o programa para a execução das formações, pois 2 das 3 formações - em Tiros e Matutina - foram de demanda espontânea dos municípios, o que reforça as relações sólidas do programa na RISP 10, independente da equipe de referência.

No tocante às ações realizadas pela Coordenação Estadual e Supervisão Metodológica da OS para a qualificação do trabalho, conforme recomendações do último Relatório de Monitoramento, foi executada uma formação para a equipe técnica de modo a dar repertório para a continuidade das formações na RISP:



Formação em “Violência contra a mulher: o que saber para contribuir com a prevenção” para a equipe técnica (18/06/2024), ministrada pela superintendente Flávia Mendes.

Em relação às recomendações para o próximo período no tocante ao indicador 7.2, têm-se:

- **Elaboração de cronograma com planejamento das formações a serem realizadas na RISP 10 com vistas ao cumprimento das metas;**
- **Instrumentalização da analista de referência da RISP 10 para continuidade das formações e retomada do ritmo que vinha sendo executado pelo programa;**
- **Atenção ao aumento das metas de formação para a RISP 10 no ano de 2024.**

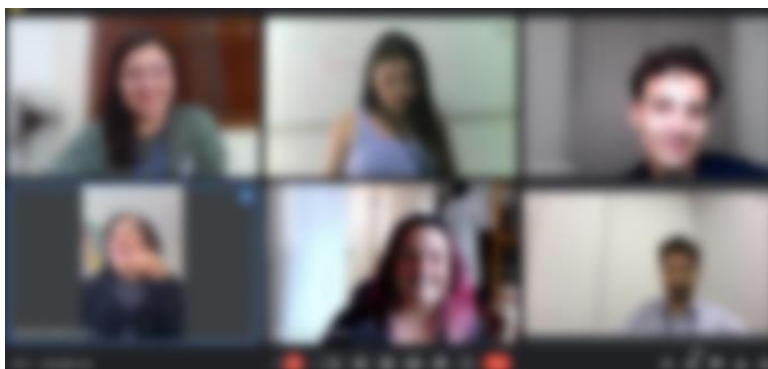
Em relação ao **indicador 7.3**, a meta também não foi atingida. Para as outras implantações, nesse período, só estavam previstas 20 participações a mais, ou seja, **assim como no indicador 7.2, o não atingimento da meta no indicador 7.3 deve-se à RISP 10.** No caso das ações realizadas por esta RISP, diferente dos outros períodos, que contavam com um maior número de formatos de espaços de participação (rodas de conversa e ações nas escolas), os números desse período avaliatório dizem respeito apenas às reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas e São Gotardo, conforme listagem a seguir:

- **CMPC Patos de Minas**
 - Abril - Reunião realizada dia 30/04/2024 com 10 membros presentes.

- Maio - Reunião realizada dia 28/05/2024 com 10 membros presentes.
- Junho - Reunião realizada dia 25/06/2024 com 10 membros presentes.
- **CMPC São Gotardo**
- Abril - Reunião realizada dia 12/04/2024 com 12 membros presentes.
- Junho - Reunião realizada dia 14/06/2024 com 14 membros presentes.

Nota-se, ao observar o quórum das duas comissões, **uma baixa no número de participações, o que também contribui para o não cumprimento da meta.** Para além das questões relativas às Comissões Municipais, o não atingimento desta meta, além dos motivos já elencados, se deve ao fato de que o Programa está passando por uma reformulação metodológica no sentido da realização das ações de participação social, para além das Comissões Municipais. Nesse sentido, foi pedido um “freio” da equipe em relação a essas ações, para que elas aconteçam de maneira mais qualificada. Conforme abordado no RGR (p. 133), em alinhamento com a Coordenação Estadual, a supervisão metodológica tem trabalhado com a equipe a redução quantitativa desses números, primando pela qualidade das ações de participação social.

No tocante às ações da Coordenação Estadual e da Supervisão Metodológica para a qualificação do trabalho, no dia 16/04/2024 foi executada uma capacitação temática sobre “Condução de Espaços de rede: Estratégias e Desafios”, em parceria com a Gerente de Intervenção Estratégica do Programa Fica Vivo!, Marcelina Martins, de modo a dar repertório para que a equipe consiga coordenar espaços de rede como os da Comissão:



Capacitação temática sobre “Condução de Espaços de Rede: Estratégias e Desafios” ocorrida em 16/04/2024

Por fim, como fatores de atenção ao indicador 7.3, elencam-se:

- **Necessidade de aumento do quórum das reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas e São Gotardo;**
- **Retomada das ações de participação territoriais.**

Espera-se que a OS parceria possa, a partir dos aprendizados com a RISP 10, no tocante ao acompanhamento próximo da equipe técnica, e com a RISP 15, no tocante a atenção às metas, estar mais diligente nesses dois aspectos, ou seja, à gestão de pessoas, mas também na responsabilização quanto aos registros que contabilizarão para as metas pactuadas no Contrato de Gestão.

Área Temática 8 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
182	181	99%

Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
406	466	114%

Indicador 8.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
90	94	104%

Indicador 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	6,96	46,4%

No que se refere aos indicadores desta área temática, voltados à mensuração do trabalho realizado pelas supervisões da gestão e metodológica, destaca-se o alcance da meta no **indicador 8.2 e 8.3**, e um desempenho aquém do esperado no **indicador 8.1**, no que toca à atuação da supervisão da gestão, e no **indicador 8.4**, que diz respeito ao tempo médio de dias para a recomposição de vagas em aberto.

Em consonância com o que foi apontado no 21º Relatório de Monitoramento, apesar do RGR incluir um detalhamento com a exemplificação das supervisões realizadas e os temas discutidos, **espera-se um avanço nas leituras e possíveis discussões e revisões sobre os indicadores 8.1 e 8.2 com a entrega do produto 3.1 – Manual da Supervisão Metodológica e da Gestão.**

Nesse sentido, observou-se que houve uma evolução nas análises apresentadas para estes indicadores, com um detalhamento maior das supervisões realizadas para o período. No entanto, o **produto 3.1** e todas as suas contribuições ainda não são evidentes nas temáticas detalhadas nas supervisões citadas no RGR. **Assim, reitera-se a importância de incluir o produto nessas frentes de trabalho, de modo a contribuir com a evolução das análises desse indicador e, sugere-se, nos próximos períodos uma maior apropriação dos temas trazidos no referido produto.**

Especificamente sobre o **indicador 8.1**, o Programa Selo Prevenção destaca positivamente a iniciativa das supervisões conjuntas, o que contribuiu muito para o sentimento de unidade e pertencimento dos gestores da política, sobretudo, em relação aos gestores do interior e que só tem sob sua gestão apenas um programa. Reforça-se que, no caso do Programa Selo Prevenção Minas, **após a ruptura da equipe na RISP 10 em abril, a supervisão da gestão intensificou o acompanhamento, estando mais perto da equipe e conduzindo o trabalho de maneira mais efetiva e cuidadosa.**

A DPJU ainda **destaca a expectativa de um avanço no alinhamento entre estes profissionais para a construção das supervisões e capacitações dos profissionais da política de prevenção**. Cumpre mencionar que algumas capacitações executadas pela supervisão da gestão para a gestão social neste período avaliatório, poderiam ter contemplado às equipes e supervisores metodológicos dos Programas, uma vez que os temas abordados objetivavam a construção de habilidades técnicas e gerenciais e a melhoria continuada dos serviços oferecidos, com vistas ao alcance das metas e resultados esperados. Neste sentido, a disponibilização da gravação da “Formação Continuada: Uma Análise sobre Segurança Pública Brasileira e o Crime Organizado”, ministrada pelo professor [REDACTED] se destaca por oportunizar que conhecimentos relevantes sejam multiplicados a diversos profissionais, que não necessariamente ocupam cargos de liderança.

No que se refere ao **indicador 8.2**, o Programa Selo Prevenção Minas destaca que, após alinhamentos entre coordenação e supervisão e, haja vista a necessidade de um acompanhamento mais próximo da equipe da RISP 10 devido aos acontecimentos recentes com a equipe, aumentou-se o número de supervisões de maio para junho, o que é positivo para a execução e acompanhamento do programa.

No que tange ao **indicador 8.3**, a DPJU informa que, em virtude da parceria estabelecida entre a Defensoria Pública de Minas Gerais e a SEJUSP, por meio do Termo de Cooperação Técnico 32/2021, ao qual a SUPEC e as Diretorias a ela vinculada se encontram contempladas, foi possível neste período avaliatório qualificar a oferta de capacitações híbridas aos profissionais.

No âmbito da DPJU, destaca-se a execução do “Juventudes ConVida - Violências e Juventudes: o que os dados brasileiros revelam?”, ministrada por Fabiano Pereira, momento conjunto entre os Programas Fica Vivo! e Se Liga, que contou com a participação de profissionais de Unidades Socioeducativas da SUASE em co-gestão com a OS.

As capacitações que abordaram os fluxos com o Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos, para o acompanhamento das oficinas do Programa Fica Vivo! e com o Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), prestou orientações técnicas e esclarecimentos quanto às dúvidas apresentadas pela gestão social e equipes para a realização do trabalho.

Ainda sobre o **indicador 8.3**, o Programa Ceapa complementa os resultados apresentados pela OS e acrescenta os encontros formativos e de capacitação promovidos pela DAL/SUPEC:

- **Tema: Capacitação planilha da recepção**

Data: 17 de abril de 2024

Referida capacitação foi conduzida pela Diretoria de Alternativas Penais com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade executada no estado de Minas Gerais. Neste momento foi trabalhado a planilha da recepção e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores da Ceapa.

Participaram dessa capacitação os técnicos administrativos das unidades.

- **Tema: Capacitação introdutória para novos analistas sociais**

Datas: 27 de maio de 2024; 13 e 27 de junho de 2024

Parte do conteúdo programático das capacitações introdutórias são conduzidas pela Diretoria de Alternativas Penais com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade executada no estado de Minas Gerais. Neste momento são trabalhados os métodos de avaliação do Programa, instrumentais e planilhas utilizados e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores da Ceapa.

Participaram dessa capacitação os novos analistas contratados para atuar nas UPCs.

- **Tema: Capacitação – Consulta e Preenchimento do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU – TJMG)**

Data: 19 de junho de 2024

Esta capacitação foi conduzida pela Diretoria de Alternativas Penais com a finalidade de apresentar o SEEU, tanto a função de consulta quanto de preenchimento.

Participaram dessa capacitação os analistas sociais das Unidades de Barbacena, Curvelo e Uberaba.

Por último, quanto ao **indicador 8.4**, a DPJU repactuou fluxo com o RH da OS parceira para a comunicação do início dos profissionais, executando, em conjunto com a supervisão metodológica do Programa Fica Vivo!, a retomada da capacitação introdutória ofertada aos contratados, colaborando para que os profissionais trabalhem com maior segurança e assertividade quanto às diretrizes e a metodologia do Programa Fica Vivo!

Nesse contexto, a DPJU e o Departamento de Monitoramento de Projetos da OS ofertam, em conjunto, um espaço de desenvolvimento e capacitação para oficineiros (as) sobre questões relativas ao trabalho desempenhado nos territórios, sobre os procedimentos do MEI, dificuldades enfrentadas e possíveis soluções a serem trabalhadas em conjunto.

Considerando a alta rotatividade entre oficineiros (as), a participação na reunião mensal está abaixo do esperado. **Nesse sentido a DPJU convida a OS parceira para contribuir com estratégias de captação e manutenção destes profissionais. Além disso, é importante que diversifiquem as estratégias de adesão e mobilização dos oficineiros para a participação da reunião, e que desenvolvam temáticas de interesse deste grupo.**

Ressalta-se ainda, que **a gestão de recursos humanos da OS tem sido ponto de muita atenção no monitoramento realizado pelas diretorias dos programas da Supec e do Contrato de Gestão pela Comissão de Monitoramento.** Conforme apontado no RGR, neste período avaliatório, foi necessário realizar uma série de processos seletivos para substituição de pessoal, devido às constantes licenças médicas e saídas de profissionais. Conforme já evidenciado nos Relatórios de Monitoramento e da Comissão de Avaliação anteriores, a preocupação central da SUPEC se dá em razão dos **prejuízos causados pela elevada rotatividade dos profissionais contratados pela OS, posto também o investimento realizado em constantes capacitações e formações metodológicas.**

Isto posto, esta Supec já está trabalhando na revisão do indicador 8.4, a fim de mensurar de forma mais acurada as questões que vem sendo evidenciadas, tal como um indicador de Turnover (taxa de rotatividade de colaboradores).

Embora a OS apresente historicamente um bom desempenho no indicador 8.4, ou seja, é célere nos processos de seleção e contratação para reposição de pessoal, recomendamos de forma imediata:

- 1) A qualificação dos processos seletivos, haja vista ainda a ocorrência de grande participação de candidatos em determinados editais, sem nenhuma aprovação;
- 2) O aprimoramento dos editais, trazendo mais elementos do programa de atuação;
- 3) O estudo sobre a inserção de prova escrita e/ou entrevista de modo presencial, a fim de melhor avaliar os candidatos a serem contratados;
- 4) Avaliar a possibilidade da retomada das capacitações iniciais de modo que o contratado compreenda toda a política pública de prevenção social à criminalidade, para além da formação metodológica do programa de atuação;
- 5) Acompanhamento próximo de todas as equipes, a fim de antecipar nos problemas de gestão de pessoas;
- 6) Retomada qualificada dos processos de clima organizacional.

Portanto, reiteramos à atenção e o monitoramento contínuo desta Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade sobre tais aspectos, bem como acerca dos recursos públicos utilizados para os processos de rescisões dos contratos de trabalho, sendo estes integralmente analisados no âmbito da checagem amostral.

Área Temática 9 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
32	32	100%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
6	6	100%

Assim como no último Relatório de Monitoramento, para o **indicador 9.1**, a Supec reitera que as informações detalhadas das dinâmicas criminais dos territórios e das análises produzidas não necessitam constar no RGR. Sobre este aspecto, observou-se um avanço no sentido de adequar a descrição das dinâmicas de violência dos territórios sem a exposição detalhadas de informações. **No entanto, sugere-se ainda uma redução textual para tornar a leitura mais dinâmica.**

Sobre o indicador 9.2, **importante mencionar que, diferentemente da redação contida no RGR**, a meta e o resultado desse indicador estão incorretos, visto que no texto (pág. 182) está escrito que “No 22º Período Avaliatório foram entregues • 6 • relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção, 3 da Gestão do Programa Se Liga, e 3 da Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, cumprindo integralmente a meta estabelecida”. Portanto, ao somar todos os relatórios citados como entregues, seriam 9 e não 6 como descrito.

Área Temática 10 – Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	10	100%

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Após a análise de 100 processos na checagem amostral (compras, serviços, pessoal e diárias de viagens), alguns ainda necessitaram de complementação, seja por meio de justificativa ou juntada de documentação comprobatória.

Assim sendo, após a finalização da Checagem de Efetividade, as inconformidades foram sanadas pelo Instituto ELO, sendo concluído o processo com 100% do desempenho. Os relatórios, na íntegra, estão à disposição dos integrantes da Comissão de Avaliação.

Cabe ressaltar as recomendações contidas no indicador 8.4 deste relatório, no que tange a contratação e desligamento de profissionais atuantes no Contrato de Gestão 002/2019.

3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática	Produto	Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
1	2 Diagnóstico de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Municipal (Programas PrEsp e CEAPA)	4	30/06/2024	28/06/2024 – validação SUPEC	Executado dentro do prazo

3.1. Detalhamento da realização dos produtos

Para o 22º Período Avaliatório foi prevista a entrega do **Produto 2.5. - Diagnóstico de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Municipal (Programas PrEsp e Ceapa)**, entregue e aprovado dentro do prazo pactuado - 28/06/2024. Este documento buscou mapear os municípios do estado de Minas Gerais com potencialidade para implantação dos Programas. Nesse sentido, as informações técnicas contidas nesse diagnóstico foram construídas a fim de subsidiar a tomada de decisão para a implantação de UPCs de abrangência municipal no estado, por meio de dados que justifiquem a necessidade de implantação dos respectivos programas. Por ser um diagnóstico tão importante, sugerimos o **envolvimento e participação, nas futuras discussões, das diretoras da SUPEC, da supervisão metodológica, gestão, dentre outros atores que podem muito contribuir nestes resultados.**

Por fim, para além dos produtos pactuados, cabe destacar a inauguração da já mencionada UPC da 15ª Região Integrada de Segurança Pública (Risp) em Teófilo Otoni, estruturada, em tempo hábil, e sob a gestão e execução direta da OS parceira.

4. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Memória de Cálculo A – Recurso Estadual

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
22º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Area Meio	1.413.479,60	436.399,86	30,87%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	6.424.300,00	2.683.073,69	41,76%
3	Capacitações da equipe contratada	215.000,00	27.443,01	12,76%
4	Deslocamento da equipe contratada	108.000,00	45.098,37	41,76%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	214.200,00	33.439,69	15,61%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	679.000,00	243.517,67	35,86%
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	87.200,00	4.742,45	5,44%
9	Ações do Programa Se Liga	39.700,00	10.076,51	25,38%
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	414.960,00	192.640,66	46,42%
15	Emenda Parlamentar	479.200,00	201.672,35	42,09%
16	Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e Sede Administrativa	234.000,00	18.262,54	7,80%
17	Bem estar social	9.000,00	1.050,00	11,67%
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	108.000,00	40.488,30	37,49%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	12.000,00	1.231,90	10,27%
20	Gestão das UPCS - Manutenção, Reforma e Obras.	300.000,00	24.829,01	8,28%
21	Gestão das UPCS - Locação de imóveis, seguro imóveis, seguro fiança, condomínio, energia elétrica, IPTU, água, telefonia, internet, reprografia, taxas e impostos de fiscalização e funcionamento, AVCB, incêndio, etc.	292.800,00	64.429,20	22,00%
22	Gestão das UPCS - Contratação de serviços de limpeza de caixas d'água, telhados, calhas etc. Serviços elétricos, hidráulicos, vidraçaria, marcenaria, chaveiro, extintor de incêndio, capina, dedetização, carros/mudanças, etc.	48.000,00	38.530,03	80,27%
23	Gestão das UPCS - Aquisição de material de consumo, material de escritório, material de limpeza, material de informática, galões de água mineral, descartáveis, etc.	60.000,00	96.196,23	160,33%
24	Gestão das UPCS - Serviços de instalação manutenção de equipamentos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, etc.	12.000,00	3.489,00	29,08%
25	Gestão das UPCS - Serviços de construção, plotagem, manutenção, instalação e limpeza de placas de identificação das UPCs.	12.000,00	600,00	5,00%
26	Gestão das UPCS - Despesas com Veículos (IPVA, Seguro, Impostos, Manutenção, Combustível, etc).	287.100,00	107.294,75	37,37%
27	Gestão das UPCS - Despesas de pronto pagamento.	132.000,00	57.323,10	43,43%
28	Pesquisa de Impacto dos Programas da Política de Prevenção à Criminalidade.	400.000,00	-	-
Total		11.981.939,60	4.331.828,32	36,15%

Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Area Meio		-
Area Fim		-

Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Area Meio	436.399,86
Area Fim	3.895.428,46

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

22º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	18.272.393,93	15.212.225,44	21.310.873,30	18.690.592,36	15.523.174,46	12.176.251,09	20.394.094,68	20.394.094,68	20.394.094,68	20.394.094,68	20.394.094,68	20.394.094,68
(E) Total de Entradas de Recursos	165.192,67	9.452.246,25	653.021,54	153.293,99	124.950,49	11.515.996,63	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	3.225.361,16	3.353.598,39	3.273.302,48	3.320.711,89	3.471.873,86	3.298.153,04	-	-	-	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	15.212.225,44	21.310.873,30	18.690.592,36	15.523.174,46	12.176.251,09	20.394.094,68	20.394.094,68	20.394.094,68	20.394.094,68	20.394.094,68	20.394.094,68	20.394.094,68

Distribuição Gerencial dos Recursos	
(PP) Provisões de Pessoal	7.101.527,75
(C) Recursos Comprometidos	2.331.846,77
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	4.169.161,69
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	6.791.558,47
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	20.394.094,68

Composição do Saldo Financeiro (SF)	
Saldo Extrato C/C	-
Saldo Extrato CI 1	20.394.094,68
Saldo Extrato CI 2	-
Saldo Fundo Fixo	-
(SF) (=) Saldo Financeiro	20.394.094,68
(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)	-

Movimentação da Reserva de Recursos	
Transporte de Saldo	4.633.992,72
Transferência para Reserva	909.625,37
Rendimentos Fin da Reserva	285.036,42
Gastos da Reserva	-
Saldo	5.828.654,51

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Eio

22º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	TOTAL				
Previsto											
1 Entrada de Recursos											
1.1 Repasses	9.319.006,51	-	-	11.380.374,00	-	-	20.699.380,51				
1.2 Rendimentos Fin.	165.192,67	133.239,74	173.821,54	152.243,99	124.950,49	135.622,63	886.071,08				
1.3 Receitas Arrecadadas											
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	479.200,00	-	-	-	-	-	479.200,00				
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-				
1.3.3 Outras Receitas	9.000,00	-	-	-	-	-	9.000,00				
Subtotal Receitas:	488.200,00	-	-	-	-	-	488.200,00				
(E) Total de Entradas:	9.972.398,18	133.239,74	173.821,54	11.632.617,99	124.950,49	135.622,63	22.072.661,67				
2 Saída de Recursos											
2.1 Gastos com Pessoal											
2.1.1 Salários	1.642.202,21	1.662.603,83	1.662.603,83	1.667.803,98	1.713.036,82	1.713.036,82	10.081.287,48				
2.1.2 Estagiários	121.737,00	121.737,00	121.737,00	126.021,00	126.021,00	126.021,00	743.274,00				
2.1.3 Encargos	487.477,66	494.472,40	494.472,40	496.634,97	511.992,88	511.992,88	2.867.048,18				
2.1.4 Benefícios	467.250,89	474.258,83	474.258,83	475.178,55	491.188,91	491.188,91	2.873.324,92				
Subtotal (Pessoal):	2.718.667,76	2.753.072,06	2.753.072,06	2.765.638,50	2.842.239,61	2.842.239,61	18.874.829,80				
2.2 Gastos Gerais	1.300.566,53	1.063.266,53	1.121.516,53	1.507.666,53	763.366,53	763.366,53	6.618.748,18				
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	434.600,00	396.500,00	1.100,00	317.820,00	-	-	1.160.020,00				
2.4 Transferência para Reserva	165.192,67	133.239,74	173.821,54	152.243,99	124.950,49	135.622,63	886.071,08				
(S) Total de Saídas:	4.618.926,96	4.348.078,33	4.948.510,13	4.743.369,02	3.730.666,63	3.741.228,77	35.229.789,84				
Realizado											
1 Entrada de Recursos											
1.1 Repasses	9.319.006,51	-	-	11.380.374,00	-	-	20.699.380,51	Realizado (/) Previsto	100,00%	Previsto (-) Realizado	-
1.2 Rendimentos Fin.	165.192,67	133.239,74	173.821,54	152.243,99	124.950,49	135.622,63	886.071,08	100,00%	-	-	
1.3 Receitas Arrecadadas											
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	479.200,00	-	-	-	-	-	479.200,00	100,00%	-	-	
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.3.3 Outras Receitas	-	-	-	1.050,00	-	-	1.050,00	11,67%	7.950,00	-	
Subtotal Receitas:	479.200,00	-	-	1.050,00	-	-	480.250,00	98,37%	7.950,00	-	
								99,96%	7.950,00	-	
2 Saída de Recursos											
2.1 Gastos com Pessoal											
2.1.1 Salários	1.425.026,43	1.433.900,34	1.461.212,42	1.432.077,55	1.520.870,25	1.540.484,87	8.813.570,86	87,60%	1.247.716,83	-	
2.1.2 Estagiários	73.267,08	95.363,33	57.257,08	90.120,24	94.537,08	92.567,36	603.112,17	67,69%	240.161,83	-	
2.1.3 Encargos	482.219,90	474.309,84	466.738,86	467.297,71	478.943,48	496.611,28	2.866.120,77	95,63%	130.922,42	-	
2.1.4 Benefícios	202.800,96	469.033,26	490.845,56	489.464,24	503.424,23	526.913,27	2.971.829,07	103,43%	(98.504,15)	-	
Subtotal (Pessoal):	2.183.313,37	2.472.606,47	2.476.053,92	2.478.959,74	2.597.775,04	2.666.576,78	15.154.632,87	90,88%	1.520.296,73	-	
2.2 Gastos Gerais	605.081,39	671.894,88	741.141,09	762.234,61	788.469,51	763.363,20	4.332.978,50	66,46%	2.186.770,68	-	
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	73.844,73	5.696,00	351,99	120.103,00	8.936,00	21.681,22	228.614,94	19,88%	921.405,06	-	
2.4 Transferência para Reserva	165.192,67	133.239,74	173.821,54	152.243,99	124.950,49	-	749.448,43	84,68%	135.622,63	-	
								81,12%	4.764.095,19	-	

Memória de Cálculo B – FUNEMP

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do
Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
22º Relatório Gerencial Financeiro**

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio	-	0,00	-
	Acompanhamento in loco da Supervisão			
2	Metodológica/RH/Monitoramento de Dados/Controle de Patrimônio	-	-	-
3	Cursos de Qualificação Profissional	-	-	-
4	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e sede administrativa	-	-	-
Total		-	0,00	-

Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Área Meio		-
Área Fim		-

Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Área Meio	0,00
Área Fim	-

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

22º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	857.460,43	718.183,49	595.772,65	836.176,36	756.413,48	693.296,77	816.202,12	816.202,12	816.202,12	816.202,12	816.202,12	816.202,12
(E) Total de Entradas de Recursos	7.766,15	5.575,92	321.895,76	7.032,85	6.700,71	185.811,30	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	147.043,09	127.986,76	81.492,05	86.795,73	69.817,42	62.905,95	-	-	-	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	718.183,49	595.772,65	836.176,36	756.413,48	693.296,77	816.202,12	816.202,12	816.202,12	816.202,12	816.202,12	816.202,12	816.202,12

Distribuição Gerencial dos Recursos	
(PP) Provisões de Pessoal	309.306,68
(C) Recursos Comprometidos	30.643,84
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	476.251,60
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	816.202,12

Composição do Saldo Financeiro (SF)	
Saldo Extrato C/C	-
Saldo Extrato CI 1	816.202,12
Saldo Extrato CI 2	-
Saldo Fundo Fixo	-
(SF) (=) Saldo Financeiro	816.202,12
(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)	-

Movimentação da Reserva de Recursos	
Transporte de Saldo	149.701,47
Transferência para Reserva	39.952,74
Rendimentos Fin da Reserva	9.505,81
Gastos da Reserva	-
Saldo	199.160,02

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Eio

22º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	TOTAL
Previsto							
Entrada de Recursos							
1.1 Repasses	316.536,70	-	-	179.616,38	-	-	496.153,08
1.2 Rendimentos Fin.	7.766,15	5.575,92	5.359,06	7.032,85	6.700,71	6.194,52	38.629,81
1.3 Receitas Arrecadadas							
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com Pessoal							
2.1.1 Salários	89.785,46	59.856,97	59.856,97	59.856,97	29.928,49	29.928,49	329.213,36
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	39.376,05	29.453,17	29.453,17	29.453,17	19.795,89	19.795,89	187.327,34
2.1.4 Benefícios	30.443,26	20.295,51	20.295,51	20.295,51	10.147,75	10.147,75	111.825,28
Subtotal (Pessoal):	169.604,77	109.606,66	109.606,66	109.606,66	69.872,13	69.872,13	606.186,97
2.2 Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Transferência para Reserva	7.518,05	7.766,15	5.575,92	5.359,06	7.032,85	6.700,71	39.962,74

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
Realizado									
Entrada de Recursos									
1.1 Repasses	316.536,70	-	-	-	-	179.616,38	496.153,08	100,00%	-
1.2 Rendimentos Fin.	7.766,15	5.575,92	5.359,06	7.032,85	6.700,71	6.194,52	38.629,81	100,00%	-
1.3 Receitas Arrecadadas									
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	-
Gastos com Pessoal									
2.1.1 Salários	76.733,39	50.585,98	55.068,04	42.474,97	28.808,81	29.926,34	293.687,63	85,14%	45.515,82
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	32.546,80	23.957,72	22.372,71	21.157,14	14.047,03	11.503,59	126.684,89	75,05%	41.742,35
2.1.4 Benefícios	13.199,04	24.617,19	17.584,10	16.461,77	8.850,52	10.571,37	96.622,84	86,02%	15.602,64
Subtotal (Pessoal):	122.479,23	99.160,89	96.024,86	80.093,88	61.706,38	62.001,30	606.206,18	83,67%	102.888,81
2.2 Gastos Gerais	(0,00)	-	-	-	-	-	(0,00)	-	0,00
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Transferência para Reserva	7.766,15	5.575,92	5.359,06	7.032,85	6.700,71	-	32.434,89	81,18%	7.518,05
								82,86%	119.476,88

4.1. Análise das receitas e despesas do período

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo, por e-mail em 12/07/2024. Ademais, os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade com os saldos informado nos RGFs.

Do total de saídas realizadas no 22º período avaliatório foi executado 81,12% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual) e 82,95%% da Memória de Cálculo B (recurso oriundo do Ministério Público - FUNEMP).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, **nos limites de suas competências** preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio dos servidores da SEJUSP, dos funcionários da OS Instituto Elo, e precipuamente das diretorias e coordenações dos programas de prevenção social à criminalidade da SUPEC.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias

Relatório da Comissão de Monitoramento 22° PA - SEJUSP/AGUP

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2024.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO 002/2019

Declaramos ter realizado todos os procedimentos de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão 002/2019, celebrado entre a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e a Organização Social Instituto ELO, bem como supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo no 22° período avaliatório e realizado a conferência documental, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e no Relatório Gerencial Financeiro (RGF); as fontes de comprovação dos indicadores e produtos; os saldos dos extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão; os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações; documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários; o valor do provisionamento trabalhista; a relação dos bens adquiridos pela OS no respectivo período; os valores comprometidos, conforme demonstrado no Relatório Gerencial Financeiro; a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme disposto na legislação pertinente e na metodologia dos procedimentos de checagens amostrais periódicas; a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão 002/2019.

Assim sendo, ratificamos e atestamos a fidedignidade das informações produzidas pela Comissão de Monitoramento, com o apoio e colaboração das respectivas diretorias e coordenações dos programas que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade e exaradas no respectivo Relatório da Comissão de Monitoramento, PDF doc. (95029456).

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 19/08/2024, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 19/08/2024, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 19/08/2024, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **95201956** e o código CRC **DA970EF9**.

Referência: Processo nº 1690.01.0009474/2019-29

SEI nº 95201956